



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – ICSA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
SERVIÇO SOCIAL

REDENÇÃO-CEARÁ-BRASIL
AGOSTO DE 2020



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

Milton Ribeiro

Ministro da Educação

Roque do Nascimento Albuquerque

Reitor

Cláudia Ramos Carioca

Vice-Reitora

Pró-Reitor de Administração

Leonardo Teixeira Ramos

Pró-Reitor de Extensão, Arte e Cultura

Carlos Mendes Tavares

Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Geranilde Costa e Silva

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

José Olavo da Silva Garantizado Junior

Pró-Reitor de Planejamento

Antônio Célio Ferreira dos Santos

Pró-Reitora de Políticas Afirmativas e Estudantis

James Ferreira Moura Junior

Pró-Reitor de Relações Institucionais

Artemisa Candé Monteiro

Diretora do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

Rosalina Semedo de Andrade Tavares

Coordenador/a do Curso de Serviço Social

Andrea Yumi Sugishita Kanikadan

Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico

Rosalina Semedo de Andrade Tavares

Andrea Yumi Sugishita Kanikadan

Pedro Rosas Magrini

Luís Miguel Dias Caetano

Maria do Rosário de Fátima Portela Cysne

Antônio Roberto Xavier

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Denominação do Curso: Serviço Social

Modalidade: Presencial

Duração do Curso: 4 anos

Regime Letivo: Seriado Semestral

Turno de Oferta: Integral

Vagas Autorizadas: 80 vagas anuais

Carga Horária: 3.065 horas

Grau conferido: Bacharelado em Serviço Social

Endereço de funcionamento do Curso: Campus das Auroras, Rua José Franco de Oliveira, S/N, Redenção, CE, CEP 62.790-970.

APRESENTAÇÃO

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) objetiva integrar os países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), através de intercâmbios de docentes e discentes, fomento de pesquisas e oferta de ensino superior público a cidadãos de países, tais como: Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor Leste e Macau (região administrativa especial da China). O apoio ao continente africano e às regiões asiáticas de tradição lusófona foi definido como foco principal na Conferência Mundial de Educação Superior, realizada em julho de 2009, pela Unesco em sua sede em Paris.

As universidades brasileiras de integração regional e internacional buscam se inserir no momento histórico em que o Brasil assume novas responsabilidades no cenário internacional. Nesse contexto, surge a Unilab, entre outras. Trata-se também de uma política de abertura para o mundo que as universidades brasileiras já vêm realizando através de programas de mobilidade com instituições congêneres de outros países. A Unilab vai além dessa prática, ao definir conceitualmente a formação de modo articulado com outras universidades dos países da língua portuguesa, principalmente as africanas, indicando que os alunos brasileiros da Unilab poderão realizar parte de seus estudos em outros países.

As Diretrizes da Unilab apontam para inovações no âmbito do processo de ensino-aprendizagem que transcende as propostas convencionais de criação de uma universidade, buscando um ensino de alto padrão, comprometido com a realidade política, econômica e socioambiental brasileira e dos demais países da CPLP. Isto pressupõe um saber relacionado não somente com o conhecimento científico, mas também com o compromisso e engajamento na formação de profissionais aptos, do ponto de vista dos conhecimentos técnico, científico, informacional e sociais, para apontar caminhos, amenizar e solucionar problemas complexos das realidades de seus países de origem.

A missão da Unilab de acordo com a lei de diretrizes é,

Produzir e disseminar o saber universal de modo a contribuir para o desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil e dos países de expressão de língua portuguesa - especialmente os africanos - por meio da formação de cidadãos com sólido conhecimento técnico, científico e cultural e comprometidos com necessidade de superação das desigualdades sociais e a preservação do meio ambiente (LEI DE DIRETRIZES, UNILAB, 2010, p. 12).

Essa missão se vincula à *práxis* por meio do objetivo geral da Unilab: “Promover, por meio de ensino, pesquisa e extensão de alto nível e em diálogo com uma perspectiva intercultural, interdisciplinar e crítica, a formação técnica, científica e cultural de cidadãos aptos a contribuir para a integração entre Brasil e os demais membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), visando seu desenvolvimento econômico e social” (LEI DE DIRETRIZES, UNILAB, 2010, p. 13).

Considerando a sua missão educacional e social, a Unilab tem como prioridade a formação de lideranças capazes de se comprometerem com o desenvolvimento econômico, humano e justiça social, a democracia e a cidadania, produzindo e disseminando conhecimentos.

SUMÁRIO

1	CONTEXTUALIZAÇÃO	8
1.1	Unilab	8
1.1.1	Nome da IES	8
1.1.2	Bases Legal da IES	8
1.1.3	Perfil e missão da IES	8
1.2	Realidade Regional	13
1.3	Realidade Internacional	14
1.4	Justificativa (Contexto Educacional)	15
1.5	Legislação	19
2	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	21
2.1	Concepção do Curso	21
2.1.1	Objetivos do Curso	22
2.1.1.1	Objetivo Geral	22
2.1.1.2	Objetivos específicos	22
2.1.2	Perfil Profissional do Egresso	22
2.1.2.1	Competências e Habilidades	24
2.2	Dados do Curso	25
2.2.1	Administração Acadêmica	25
2.2.2	Funcionamento	25
2.2.3	Formas de Ingresso	25
2.3	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	26
2.3.1	Integralização Curricular	26
2.3.1.1	Planos de Integralização da Carga Horária	26
2.3.1.2	Atividades Complementares	27
2.3.1.3	Atividades de Extensão	28
2.3.1.4	Trabalho de Conclusão de Curso	30
2.3.1.5	Estágio Curricular Obrigatório	31
2.3.2	Metodologias de Ensino	34
2.3.3	Estrutura Curricular	35
3	RECURSOS	92
3.1	Corpo Docente	92

3.1.1 Atuação do Núcleo Docente Estruturante (NDE)	93
3.1.2 Funcionamento do colegiado do Curso de Serviço Social	94
3.2 Corpo Discente	96
3.3 Infraestrutura	96
4 AVALIAÇÃO	97
4.1 Avaliação Institucional	97
4.2 Avaliação Docente	98
4.3 Avaliação Discente	98
4.4 Apoio ao Discente	99
4.5 Corpo Docente	100
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101

1 CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1 Unilab

1.1.1 Nome da IES

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

1.1.2 Bases Legal da IES

A Unilab foi criada em 20 de julho de 2010, mediante a Lei nº 12.289, sancionada pelo Presidente da República, e publicada no Diário Oficial da União (DOU), nº 138, de 21 de julho de 2010, seção 1, p. 4.

A Unilab é uma universidade pública federal, com natureza jurídica de autarquia, vinculada ao Ministério da Educação, com sede (reitoria) e foro na Avenida da Abolição, 3, Centro, cidade de Redenção, Estado do Ceará, CEP. 62.790-000.

1.1.3. Perfil e missão da IES

Atendendo à diretriz do Ministério da Educação (MEC) de interiorização da educação superior no país, a Unilab busca configurar-se como uma universidade *Multicampi*, pretendendo para tanto implantar uma rede de unidades, a fim de atender às demandas dos municípios da região do Maciço do Baturité e do Recôncavo baiano e de seu entorno, com extensão às demais localidades dos Estados da Bahia e Ceará e do Nordeste brasileiro.

A Unilab busca tornar-se um novo centro de referência e integração entre países da CPLP por meio da ciência e da cultura, constituindo-se espaço de cooperação, acúmulo e transferência recíproca de ciência e tecnologia, de intercâmbio de culturas e de promoção do desenvolvimento sustentável. Para tanto, os eixos sobre os quais se estruturarão as atividades da nova universidade levarão em conta as principais demandas dos países em termos de formação.

Desta maneira, inicialmente a universidade está atuando nas áreas de Agricultura, Energia e Tecnologias de Desenvolvimento Sustentável, Formação Docente, Gestão Pública e Saúde Coletiva. Existindo, ao mesmo tempo, apoio à formação integral dos alunos por meio da articulação entre ensino-pesquisa-extensão, gerando programas formativos com abordagens trans e interdisciplinares.

A fim de concretizar sua proposta de integração, metade dos alunos da Unilab deve ser composta por jovens residentes no Brasil e a outra metade de alunos oriundos dos demais países da CPLP, especialmente africanos. Esta meta ainda não foi alcançada, mas devem se realizar esforços institucionais para tanto. A seleção de alunos brasileiros ocorre através do ENEM e dos alunos internacionais, por meio de processo próprio da Unilab: Processo Seletivo de Estudantes Estrangeiros (PSEE).

Os docentes e pesquisadores são contratados seguindo a mesma lógica de parceria, podendo até metade de seu corpo docente – regular, visitante e bolsistas – ser de origem estrangeira, perfazendo a proposta de integração acadêmica e cooperação solidária.

A formação acadêmica é dividida em cinco momentos – inserção à vida universitária, formação geral, formação básica, formação profissional específica e inserção no mundo do trabalho. Nesta última planeja-se que os alunos, por meio de um sistema de estágios, com monitoramento da universidade, apliquem os conhecimentos aprendidos.

A proposta de formação busca assegurar a permanência dos alunos, tendo em vista a conclusão dos cursos. Em função disso, tem sido desenvolvida política de acompanhamento e assistência estudantil, integrada ao processo educativo com apoio em monitorias e bolsas de estudo.

Espera-se que a Unilab conte, cada vez mais, com o apoio e a participação de universidades públicas já atuantes nos países de expressão portuguesa, desenvolvendo ações conjuntas com outras instituições sociais e comunitárias que se destacam na integração étnico-racial e na cooperação com países africanos e asiáticos, visando ampliar e potencializar os programas já existentes de cooperação com o Brasil.

A partir do contexto de interiorização e internacionalização do ensino superior, a Unilab tem como missão institucional específica formar cidadãos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da CPLP, especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional. (BRASIL. Lei N° 12.289, de 20 de julho de 2010).

Além disso, a Unilab busca promover avanços na produção e disseminação do conhecimento em atendimento à demanda de formação e de pesquisa de países de expressão em língua portuguesa, em um ambiente de respeito às distintas identidades, ao pluriculturalismo e à cooperação solidária. E, portanto, um novo centro de referência e integração destes países por meio da ciência e da cultura, constituindo-se espaço de cooperação, acúmulo e transferência recíproca de ciência e tecnologia, de intercâmbio de culturas e de promoção do desenvolvimento sustentável.

É ainda missão da Unilab, produzir e disseminar o saber universal de modo a contribuir para o desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil e dos demais países de expressão em língua portuguesa - especialmente os africanos, estendendo-se progressivamente a outros países deste continente - por meio da formação de cidadãos com sólido conhecimento técnico, científico e cultural, e comprometidos com a necessidade de superação das desigualdades sociais e a preservação do meio ambiente.

Atualmente a Unilab possui quatro Campi em funcionamento: o *Campus* da Liberdade; *Campus* das Auroras, ambos localizados na cidade de Redenção; a Unidade Acadêmica dos Palmares, localizado em Acarape, ambos no Estado do Ceará, CE, e o *Campus* dos Malês, em São Francisco do Conde, Bahia, BA.

A Unilab tem oito Institutos que se configuram como unidades acadêmicas: Instituto de Ciências da Saúde; Instituto de Humanidades; Instituto de Ciências Sociais Aplicadas; Instituto de Engenharias e Desenvolvimento Sustentável; Instituto de Ciências Exatas e da Natureza, Instituto de Desenvolvimento Rural, Instituto de Linguagens e Literaturas e Instituto de Humanidades e Letras dos Malês e 23 cursos de Graduação presencial: i) Ceará: Administração Pública; Agronomia; Humanidades; Sociologia, História; Antropologia; Pedagogia; Física; Química; Matemática; Ciências Biológicas; Enfermagem; Farmácia; Engenharia de Energias; Engenharia de Computação; Letras Língua Portuguesa; Letras Língua Inglesa; ii) Bahia: Humanidades; Letras Língua Portuguesa; Relações Internacionais; Ciências Sociais; Pedagogia e História. A Unilab conta com oito Programas de pós-graduação *stricto sensu*: Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis; Mestrado Interdisciplinar em Humanidades e Mestrado Acadêmico em Enfermagem; Mestrado em Ensino e formação Docente; Mestrado em Energia e Ambiente; Mestrado em Matemática em Rede Nacional; Mestrado em Antropologia e Mestrado em Estudos da Linguagem. A instituição também conta com um curso de graduação na Modalidade a distância (Administração Pública) e cinco

Especializações (Gestão em Saúde; Gestão da Família, Segurança Alimentar e Nutricional, Literaturas Africanas de Língua Portuguesa e Gênero, Diversidade e Direitos Humanos).

No *Campus* dos Malês em São Francisco do Conde, Bahia, as atividades de ensino começaram em 2012, com os cursos na modalidade a distância da Universidade Aberta do Brasil e em 2014 com os cursos presenciais do Instituto de Humanidades e Letras.

A Unilab possui as Pró-Reitorias que são órgãos executivos que auxiliam a Reitoria no exercício de suas atribuições, sendo-lhes delegadas funções concernentes às suas respectivas áreas de atuação. Atualmente a Unilab possui sete Pró-Reitorias, como indicadas no guia do estudante (UNILAB, 2014, p.6-9)

a) Pró-Reitoria de Administração: uma unidade da Administração Superior da Unilab à qual cabe, simultaneamente com a Pró-Reitoria de Planejamento, a gestão dos recursos financeiros da universidade. Essa gestão se dá por meio da execução orçamentária destinada ao atendimento das demandas das unidades acadêmicas e demais unidades administrativas, abrigando, ainda, a gestão de contratos firmados com terceiros e de recursos humanos. Com isso, tem como missão prover, continuamente, com eficiência, eficácia e efetividade os meios necessários à manutenção e crescimento da capacidade de gestão das atividades-fim da Unilab, desenvolvendo ações administrativas voltadas para atender as demandas e expectativas da instituição, para a plena satisfação das necessidades da comunidade universitária.

b) Pró-Reitoria de Extensão, Arte e Cultura: Órgão executivo para as áreas de extensão arte e cultura ao qual compete selecionar, acompanhar e fiscalizar os programas e projetos de extensão, arte e cultura cadastrados na Unilab, além de estimular e apoiar atividades correlatas dentro e fora da Universidade. À PROEX compete, ainda, estimular e promover o diálogo da Unilab com a comunidade externa, por meio de ações extensivas, que coloquem em contato os conhecimentos produzidos por professores e estudantes e os saberes comunitários, bem como a atividades no campo da arte e da cultura abertas para a participação da comunidade acadêmica e da população em geral;

c) Pró-Reitoria de Graduação: Órgão executivo para a área de graduação ao qual compete realizar o acompanhamento e a fiscalização dos cursos de graduação, a realização e acompanhamento dos processos seletivos de estudantes de graduação, bem como auxiliar a Reitoria na superintendência das atividades formativas no nível da graduação. Essa Pró-Reitoria, também, é uma instância administrativa da Unilab responsável pela implantação e pelo acompanhamento das políticas institucionais de ensino de graduação, por meio de ações empreendidas em consonância com as políticas para a graduação do Ministério da Educação. Tendo como foco o estudante e sua formação, a Prograd proporciona oportunidades de vivência profissional aos estudantes de graduação por meio da gestão de programas que potencializem a formação profissional de excelência.

d) Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação; Órgão executivo para as áreas de pesquisa e pós-graduação ao qual compete realizar o acompanhamento e fiscalização dos cursos de pós-graduação, a execução,

acompanhamento de fiscalização de programas e projetos de pesquisa cadastrados na Unilab. À PROPPG compete, ainda, realizar ações de fomento à pesquisa na Unilab e atuar como auxiliar da Reitoria na superintendência de atividades de formação no nível da pós-graduação e da pesquisa científica em geral no âmbito da universidade.

e) Pró-Reitoria de Planejamento: A Proplan funciona como órgão da Administração Superior a quem compete o assessoramento da política global de planejamento da Unilab, tendo como esteio básico a ética e transparência, e, com a intenção de propiciar a consecução da sua missão, ela realiza análise técnica da evolução da universidade e de assessoria, na formulação de diretrizes e metas para o seu desenvolvimento. Compete ainda à PROPLAN a coordenação da elaboração e consolidação das propostas do orçamento da Unilab, assessorando as demais unidades administrativas no âmbito de sua competência. As suas ações são pautadas visando atingir a eficiência, eficácia e efetividade na aplicação dos recursos da universidade e dessa forma, contribuir para uma elevação dela a patamares cada vez maiores.

f) Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis: Órgão executivo para as áreas de promoção a ações afirmativas em benefício de minorias étnicas, raciais, sociais e de gênero e apoio ao estudante na Unilab. A Propae é a unidade gestora responsável por incentivar, acompanhar e promover ações que contribuam para o desenvolvimento do estudante em toda a sua trajetória acadêmica, através de ações efetivas nas áreas social, técnico-científica, cultural, política e esportiva. Faz parte da sua missão fortalecer o vínculo institucional do estudante por meio de políticas de promoção do acesso, permanência e melhoria contínua da qualidade de vida do estudante dentro da universidade.

g) Pró-Reitoria de Relações Institucionais: A Pró-Reitoria de Relações Institucionais é o órgão da Administração Superior que tem como objetivos promover e implementar, em parceria com outras Pró-Reitorias da Unilab, estratégias de cooperação com Países de Língua Oficial Portuguesa; dialogar com as diversas instâncias da Unilab, para promover a integração dessas no sistema de mobilidade; criar espaços de debate e formação sobre cooperação sul-sul e interculturalidade; apoiar os grupos de pesquisa da Unilab para o estabelecimento de parcerias e desenvolvimento de projetos temáticos interinstitucionais; articular projetos em rede que envolvam múltiplas instituições conectadas, em âmbito nacional e internacional, abrangendo o Maciço de Baturité, no Ceará, São Francisco do Conde, na Bahia e regiões circunvizinhas, países africanos, em especial de língua portuguesa, e Timor Leste.

Para incentivar a pesquisa, o ensino e a extensão, a Unilab possui diversos tipos de programas que oferecem bolsas, tais como: programa de assistência estudantil, programa de iniciação científica com bolsas de PIBIC Unilab; Funcap; FAPESB; PIBIC CNPq; PIBIC-Af; PIBITI e CNPq ICJ, Procead, Observe, PIBEAC/Unilab; PBP/MEC; Pulsar, Programa de Bolsa de Monitoria, ProCiadI e Observe.

1.2 Realidade Regional

Do ponto de vista sociopolítico, os cursos da Unilab refletem a visão de que se faz necessário assumir o compromisso de atender às necessidades do meio a que serve. Nessa ótica, a sua localização se apresenta como um diferencial no processo de formação de profissionais comprometidos com a transformação econômica e social.

O município de Redenção está localizado na região do Maciço de Baturité, a 65 km de distância de Fortaleza, capital do Estado do Ceará. A região é composta pelos municípios cearenses de Pacoti, Palmácia, Guaramiranga, Mulungu, Aratuba, Capistrano, Itapiúna, Baturité, Aracoiaba, Acarape, Redenção, Barreira e Ocara, além dos municípios de Guaiúba e Caridade.

Os municípios da região refletem condições econômicas, que atrelados à realidade social local, justificam a consolidação da Unilab como um instrumento relevante para o desenvolvimento da região.

Tomando por base alguns dados econômicos, Redenção apresentou em 2020 a população estimada de 29.146, Produto Interno Bruto (PIB) em 2018 de R\$ 453.820,00 e PIB per capita, no mesmo ano, de aproximadamente R\$ 16.423,12, conforme tabela a seguir:

Tabela 1 – Dados populacionais, econômicos e sociais dos municípios do Maciço de Baturité

DADOS GERAIS SOBRE A REGIÃO DO MACIÇO DE BATURITÉ					
Municípios	Área km² em 2019	População Estimada 2020	PIB 2018 (R\$ 1 mil)	PIB per capita 2018 (R\$ 1)	IDH 2010
Acarape	130,002	15.036	124.355	8.075,56	0,606
Aracoiaba	643,988	26.535	197.160	7.457,75	0,615
Aratuba	119,758	11.802	129.853	11.444,89	0,622
Barreira	260,003	22.573	155.615	6.958,94	0,616
Baturité	314,075	35.941	324.257	9.114,77	0,619
Capistrano	226,549	17.786	174.853	9.827,07	0,611
Guaramiranga	90,817	5.132	57.833	16.087,25	0,637

Itapiúna	593,231	20.520	131.339	6.523,57	0,604
Mulungu	97,951	10.941	117.057	9.079,87	0,607
Ocara	763,075	25.833	176.813	6.918,38	0,594
Pacoti	112,433	12.288	106.768	8.863,39	0,635
Palmácia	128,896	13.439	92.730	7.017,58	0,622
Redenção	247,989	29.146	453.820	16.423,12	0,626
Ceará	148,894	9.187.103	130.620.788, 27 ¹	14.699,14	0,682

Fontes: IBGE- Cidades²; IBGE – Estados@³; Atlas de desenvolvimento humanos - Brasil⁴(dados tabulados pela Comissão).

Os dados acima evidenciam o potencial para crescimento e desenvolvimento da região, tanto do ponto de vista econômico, pelos dados de PIB dos municípios, quanto pelo desenvolvimento, apontado pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Nesse contexto, a atuação da Unilab na região, poderá causar impacto positivo nesses índices, dadas condições de crescimento e desenvolvimento ainda muito abaixo da média do Estado do Ceará e do Brasil.

1.3 Realidade Internacional

Além da realidade regional, a Unilab atua em contexto internacional. Sendo assim, espera-se que os cursos abordem temáticas atuais e emergentes que estejam em sintonia não só com a legislação brasileira, mas que levem em consideração a vocação internacional da universidade. Os cursos internacionais devem observar os desafios globais indicados pela ONU, com o acréscimo de inovação em alguns domínios voltados para a intervenção comunitária, empreendedorismo social, projetos de cooperação alinhados com agências de fomento internacional, fenômenos como migrações, desafios internacionais na área das políticas sociais (Ex. Indicadores da ONU, OCDE, CPLP) etc.

O alinhamento com os trabalhos da CPLP é de extrema importância para a integração

¹Dados de 2015, disponíveis em: <http://ipecedata.ipece.ce.gov.br/ipece-data-web/> Data do acesso: 16 dez 2020.

² Dados sobre os municípios, disponíveis em: <http://cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/2306504>. Data do acesso: 16 de dezembro de 2020.

³ Dados sobre o Estado disponíveis em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ce>. Data do acesso: 16 de dezembro de 2020.

⁴ Dados relativos ao IDH, disponíveis em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/> Data do acesso: 16 de dezembro de 2020.

do curso com a missão da Unilab e, desse modo, preparar os estudantes para uma plena inserção profissional nos países parceiros. Contemplassem as preocupações das Reuniões dos Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais da CPLP (<https://www.cplp.org/Default.>) questões relacionadas aos Planos nacionais de desenvolvimento, às pessoas com deficiência, à formação profissional, às Políticas de emprego, ao trabalho infantil, à Cooperação para o Desenvolvimento com agências internacionais, às mídias e projetos sociais, entre outros. O Relatório Social Mundial realizado pelo ONU dá destaque para questões ambientais, revolução e desenvolvimentos tecnológicos e migrações, este último com recorrentes desafios em países africanos da CPLP, que inclusive resultou na criação do Observatório de Fluxos Migratórios da Comunidade de Países de Língua Portuguesa e o Observatório das Migrações, incluindo os países africanos, criado pelo Governo de Portugal.

1.4 Justificativa (Contexto Educacional)

A Unilab tem estrutura *Multicampi*, com *campi* no Estado de Ceará, *Campus* sede no município de Redenção, no Estado do Ceará e *Campus* no município de São Francisco do Conde, no Estado da Bahia. É considerado *Campus* Universitário cada uma das bases físicas integradas e com estrutura administrativa própria em que são desenvolvidas as atividades permanentes de ensino, pesquisa e extensão da Unilab.

As áreas de atuação acadêmica da Unilab estão estreitamente alinhadas com os objetivos institucionais. Dados a missão e os objetivos e tendo em vista a meta de potencializar a interação acadêmica na perspectiva da cooperação solidária, são priorizadas áreas que reflitam os principais problemas dos países parceiros, bem como das regiões onde a universidade está inserida.

Neste sentido, as áreas identificadas como prioritárias para atuação acadêmica foram:

- a) Agricultura: a produção de alimentos de forma ecológica e socialmente sustentável, bem como sua distribuição, é estratégica em todo mundo, mas especialmente nos países africanos onde, segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU, 2010) está concentrada a maior parte da população mundial em situação de precariedade alimentar;

- b) Saúde Coletiva: a promoção da saúde coletiva e a formação de pessoal para Programas Comunitários de Saúde são indicadores mundiais de desenvolvimento humano. No Brasil e em países parceiros do projeto da Unilab mostrou-se fundamental promover formação básica nesta área, com atenção à sanidade humana e animal;
- c) Educação Básica: o domínio da leitura, escrita e operações matemáticas é determinante na promoção da cidadania. Sendo assim, na Unilab a formação de professores de educação básica terá prioridade, sendo realizada segundo princípios e em ambiente de respeito às diversidades (étnica, religiosa, de gênero etc.), ao pluriculturalismo e ao multilinguismo, e com vistas à promoção da arte e cultura dos países;
- d) Gestão Pública: o histórico dos países envolvidos no projeto da Unilab indica a importância de desenvolver e fortalecer, em diversas áreas, conhecimentos e estratégias de organização e promoção da gestão pública, disseminando mecanismos de participação democrática, transparência de gestão, profissionalização da administração pública, análise, formulação e implementação de políticas públicas e inclusão social;
- e) Tecnologias e Desenvolvimento Sustentável: a formação de pessoas para conceber, projetar e desenvolver infraestrutura tecnológica para o desenvolvimento sustentável, sem perder de vista as características e recursos existentes em cada país/região, é fundamental para todas as nações que buscam autonomia na produção de itens básicos de sobrevivência da sua população;
- f) Humanidades e Letras: os países parceiros e o nordeste brasileiro tem vasto campo de trabalho para profissional da área, que busca, a partir do conhecimento e compreensão do processo de formação histórico das populações, a preservação da memória e da história do seu povo. Os profissionais da área atuarão em órgãos governamentais e não governamentais voltados para uma ação junto às minorias sociais e a outras populações-alvo de políticas públicas, poderão elaborar projetos sociais, de desenvolvimento e trabalhar com os movimentos sociais organizados.

Desta maneira, a Unilab organiza suas atividades de ensino, pesquisa e extensão comunitária nas áreas destacadas acima, promovendo-as em plena integração com as demandas de formação e produção de conhecimento dos países envolvidos.

Para tanto devem ser criados, durante o processo de implantação da universidade e de acordo com o seu Estatuto, Institutos que atuarão como espaço privilegiado de formação profissional específica nas áreas estratégicas, aprofundando temas identificados como relevantes.

Instituto de Desenvolvimento Rural: Para a área da agricultura já vem se constituindo o Instituto de Desenvolvimento Rural, cujo foco é a produção sustentável – em termos ambientais e sociais de alimentos. Nesta área desenvolve-se atualmente o curso de graduação em Agronomia.

Instituto de Ciências da Saúde: A promoção da Saúde Coletiva e a formação de pessoas qualificadas para atuar em programas de saúde comunitários já são desafios do referido instituto. Nesta área desenvolve-se atualmente o curso de graduação em Enfermagem e em Farmácia e o Mestrado Acadêmico em Enfermagem.

Instituto Ciências Exatas e da Natureza: Tendo em vista a necessidade de promover o desenvolvimento educacional das populações, bem como tecnologias inovadoras de ensino-aprendizagem sem perder de vista o pluriculturalismo, o plurilinguismo e a identidade artística e cultural dos povos envolvidos, haverá o Instituto de Ciências Exatas e da Natureza, voltado à formação de docentes de educação básica. Nesta área desenvolve-se atualmente o curso de graduação em Química; Matemática; Física e Ciências Biológicas. Este Instituto também oferece o Mestrado em Matemática em Rede Nacional e o Mestrado em Ensino e formação Docente.

Instituto de Engenharias e Desenvolvimento Sustentável: Tem a função de promover ciência, tecnologia e inovação para, com aproveitamento de recursos existentes, desenvolver a base tecnológica necessária aos países parceiros, com especial atenção à área de energia. Nesta área desenvolve-se atualmente o curso de graduação em Engenharia de Energias e Engenharia em Computação. Esta Instituto também oferece o Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis e Mestrado em Energia e Ambiente.

Instituto Humanidades: Tem a função de promover a preservação da memória e da história de seu povo. Nesta área desenvolvem-se atualmente os cursos para a graduação: Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades; Bacharelado em Antropologia; Licenciatura em Pedagogia; Licenciatura em História e Licenciatura em Sociologia. O modelo acadêmico para este nível de ensino funciona em dois ciclos: no primeiro ciclo a/o discente cursa o Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades e, ao término deste, poderá optar por um dos demais cursos

listados acima para complementar sua formação no segundo ciclo. Além dos cursos de Graduação, o Instituto de Humanidades possui dois cursos de Pós-Graduação que são: Mestrado Interdisciplinar em Humanidades e Mestrado em Antropologia.

Instituto de Linguagens e Literaturas: Este Instituto vislumbra construir o universo das linguagens, com seus amplos desdobramentos para a pesquisa, o ensino e a extensão e com isso propõe a construir, com todos os institutos que compõem a Unilab, uma universidade voltada ao atendimento das necessidades da região do Maciço de Baturité, do Ceará, do Brasil e dos Países Parceiros. Esta Universidade, que agrega culturas diversas que se expressam em múltiplas linguagens e se representam em vasta literatura, precisa de um espaço privilegiado para as linguagens que se materializa neste Instituto. Atualmente, o Instituto abriga dois cursos de graduação - Letras: Língua Portuguesa e Letras: Língua Inglesa - e um curso de Mestrado Acadêmico - Mestrado Interdisciplinar de Estudos da Linguagem. Docentes lotados no ILL estão são proponentes e docentes de dois cursos de Especialização, em parceria com o Instituto de Educação a Distância da Unilab - Curso de Especialização Interdisciplinar em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa e Curso de Especialização em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos. Em setembro de 2020, o ILL ganhou seu primeiro órgão complementar - O Núcleo de Línguas da Unilab (NUCLI).

Instituto Humanidades e Letras Malês: Tem a função de promover a preservação da memória e da história de seu povo. Nesta área desenvolvem-se atualmente os cursos para a graduação: Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades; Licenciatura em Pedagogia; Licenciatura em História; Licenciatura em Ciências Sociais e Licenciatura em Relações Internacionais e Licenciatura em Letras-Língua Portuguesa. O modelo acadêmico para este nível de ensino funciona em dois ciclos: no primeiro ciclo a/o discente cursa o Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades e, ao término deste, poderá optar por um dos demais cursos listados acima para complementar sua formação no segundo ciclo.

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas: O Instituto tem como objetivo desenvolver a Gestão Pública. Nesta área desenvolvem-se atualmente o curso de Administração Pública. A expansão da área dar-se-á com a implementação dos Cursos de Biblioteconomia; Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional; Serviço Social, Relações Internacionais entre outros e Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu.

A administração de cada Instituto deve ser exercida pelos seguintes órgãos, intermediários e de base:

- a) Conselho do Instituto;
- b) Diretoria do Instituto;
- c) Coordenações de Cursos e/ou Programas de Pós-Graduação;
- d) Coordenadoria de Pesquisa e Extensão;
- e) Coordenadoria de Assuntos Administrativos;
- f) Coordenadoria de Assuntos Estudantis;
- g) Coordenadoria de Trabalho de Conclusão de Curso;
- h) Coordenadoria de Estágio;
- i) Coordenadoria de articulação e cooperação.

Outras coordenações poderão ser criadas de acordo com a necessidade de atendimento do planejamento estratégico da unidade.

1.5 Legislação

O Curso de Serviço Social, bacharelado, vem atender a uma das áreas prioritárias de atuação acadêmica da Unilab (Gestão Pública), por ser um campo de estudo em crescimento no Brasil e nos países parceiros. Assim, o Projeto Pedagógico de Serviço Social, bacharelado, busca se adequar de forma ampla, às exigências legais das Diretrizes Curriculares dos Cursos de Serviço Social no Brasil. Para tanto, está em consonância com o que define a Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social e respectivo Código de Ética Profissional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, bem como com o que define o Conselho Nacional de Educação (CNE) e respectivos Pareceres, conforme segue:

- a) Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993, dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.
- b) Resolução CFESS nº 273/93, Código de Ética Profissional do Assistente Social, aprovado em 13 de março de 1993, pelo Conselho Federal de Serviço Social.
- c) Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social aprovadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, 8 de novembro de 1996.

- d) Lei Federal nº 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- e) Parecer nº 492/2001 – CNE/CES, Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.
- f) Parecer nº 1.363/2001 – CNE/CES, Retificação do Parecer 492/2001, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.
- g) Resolução nº 15/2002 – CNE/CES, Estabelece as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social.
- h) Resolução nº 02/2007 – CNE/CES, Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.
- i) Parecer nº 08/2007 – CNE/CES, Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.
- j) Resolução nº 03/2007 – CNE/CES, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula e dá outras providências.
- k) Resolução nº 533/2008 – CFESS, dispõe sobre a Supervisão Direta de Estágio em Serviço Social.
- l) Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e nº 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001 e dá outras providências.

m) Política Nacional de Estágio aprovadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, 2009.

j) 2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1 Concepção do Curso

O curso de graduação em Serviço Social adota como referência a missão da UNILAB, formar cidadãos críticos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional, o intercâmbio cultural, científico e educacional. De acordo com os princípios fundamentados no artigo 10, CAPÍTULO II, do Estatuto da Unilab, que balizam programas, projetos e ações da instituição, destacamos os seguintes:

produção e disseminação do saber universal, de modo a contribuir para o desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil e dos países da CPLP, por meio do conhecimento filosófico, científico, artístico, cultural e tecnológico, bem como a formação de cidadãos comprometidos com a superação das desigualdades sociais (inciso I); pluralismo de ideias, de pensamento e promoção da interculturalidade” (inciso IV); ensino público e gratuito, com qualidade acadêmica e pertinência social; respeito à ética e à diversidade, defesa dos direitos humanos, bem como o compromisso com a paz e a preservação do meio ambiente (inciso VIII); internacionalização e mobilidade acadêmica e científica, priorizando a cooperação sul-sul (inciso XI); contribuição para a superação dos preconceitos e desigualdades étnico- raciais, sociais, de gênero e de orientação sexual (inciso XIII).

2.1.1 Objetivos do Curso

2.1.1.1 Objetivo Geral

O curso tem como objetivo principal formar profissionais comprometidos, críticos e sempre prontos para empregar o amplo conhecimento adquirido no Serviço Social na promoção do interesse coletivo e da justiça social, levando em consideração as diversas realidades sociais locais e regionais do Brasil e dos países lusófonos.

2.1.1.2 Objetivos específicos

a) Propiciar embasamento teórico/metodológico/técnico/prático no que concerne aos conhecimentos, habilidades e atitudes, adequadas e necessárias que permitam uma postura crítica e construtiva ante as conjunturas local, regional, nacional e internacional;

b) Desenvolver e promover atividades que incentivem discentes e docentes de diferentes nacionalidades a interagir, num intercâmbio constante de conhecimento, levando em consideração as questões de gênero, raça, etnia, sexualidade, geração e deficiências, o que favorecerá o pluralismo de ideias, pensamentos e a promoção da interculturalidade;

c) Envolver os estudantes de graduação em programas de pesquisa e extensão, nacionais e internacionais, o que contribuirá para a produção e disseminação do saber universal em favor do desenvolvimento, em sua acepção mais ampla, e da superação das desigualdades sociais, locais e regionais na região do Maciço do Baturité e nos países parceiros.

2.1.2 Perfil Profissional do Egresso

O ambiente socioeconômico e político tanto no Brasil e nos países parceiros, como em toda a comunidade global, está em constante transformação, por isso o Instituto de Ciências Sociais Aplicadas entende que deve formar assistentes sociais habilitados a responder às questões sociais resultantes deste complexo ambiente. No que diz respeito à interação entre o global e o local, o egresso do curso de graduação em Serviço Social da Unilab deverá apresentar capacidade para lidar com as propostas de intervenção em nível internacional e ao mesmo tempo considerar a preservação e valorização das especificidades nacionais e das identidades

regionais e locais. Assim, conforme preconiza as Diretrizes Curriculares Nacionais e o artigo 5º. da Lei Nº 8662, de 7 de Junho de 1993 que dispõe sobre a profissão da/o assistente social, o curso de Serviço Social buscará formar pessoas cujo perfil permita que tais profissionais possam atuar com propostas de intervenção para enfrentamento das mais diversas situações, de maneira propositiva e criativa, levando-se em conta a noção de cidadania, das adequadas relações sociais e das relações com o mercado de trabalho.

Por conseguinte, o curso de graduação em Serviço Social busca formar profissionais preparados para atuar em diversas circunstâncias: em programas e projetos em áreas de Serviço Social; na esfera pública e privada: com a oferta de serviços de assessoria, consultoria, vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, a órgãos da Administração Pública direta e indireta ou entidades privadas; e/ou na sociedade civil.

Com base na Resolução CNE/CES 15 (13 de março de 2002), o profissional deve atuar nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento e capaz, por um lado, de problematizar a organização societária e, por outro, de incentivar a promoção do exercício pleno da cidadania constitucional dos usuários das políticas sociais no conjunto das relações sociais. A competência envolve três aspectos distintos, embora interligados: o da competência teórico-metodológica, que pressupõe o domínio preliminar das principais matrizes teóricas das ciências sociais e humanas e da produção específica da área de Serviço Social; o da competência técnico-operativa, que supõe o conhecimento de técnicas de pesquisa e de intervenção em Serviço Social e o da competência ético-políticas.

Em suma, a formação deve ser ampla e crítica, com competências teórico metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas, incentivando a capacidade de análise propositiva nos diversos espaços de atuação político-profissional. Deve responder às exigências sócio-históricas dos usuários das políticas sociais, respeitando e comprometendo-se com os valores e princípios norteadores do Código de Ética da/o Assistente Social e sendo capaz de lidar, concomitantemente, com as demandas históricas e com os novos processos sociais que se impõem a profissão.

2.1.2.1 Competências e Habilidades

As competências e habilidades requeridas seguem os dispostos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Serviço Social e no artigo 4º. da Lei Nº 8662 de 7 de Setembro de 1993 que dispõe sobre a profissão do assistente social, a saber:

- compreender o significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, considerando a realidade;
- identificar demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social;
- elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social;
- contribuir para viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais;
- planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais;
- realizar pesquisas que subsidiem formulação de políticas e ações profissionais;
- prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- orientar a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos;
- realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social;
- realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades;
- exercer funções de direção em organizações públicas e privadas na área de serviço social;
- assumir o magistério de Serviço Social e coordenar cursos e unidades de ensino;

- supervisionar diretamente estagiários de Serviço Social;
- utilizar os recursos da informática.

2.2 Dados do Curso

2.2.1 Administração Acadêmica

O Curso de Serviço Social é parte integrante do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), cuja estrutura administrativa é formada pelo Conselho e Direção do Instituto.

2.2.2 Funcionamento

O Curso de Serviço Social funciona em regime seriado semestral, ofertado em turno integral, com aulas que se iniciam às 8h e encerram às 12h, no período matutino, e são retomadas às 14h com término às 18h, no período vespertino, no Campus Auroras/Palmares.

2.2.3 Formas de Ingresso

Para os candidatos residentes no Brasil o processo seletivo é constituído por uma prova única, o ENEM, elaborada e aplicada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP), do Ministério da Educação (MEC) do Brasil e a escolha dos candidatos é definida a partir de critérios inseridos no Sistema de Seleção Unificada (SISU) do MEC, de acordo com a Resolução n 22/ Conselho Superior Pro Tempore, de 11 de novembro de 2011.

Para os candidatos residentes no exterior, oriundos dos demais países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a seleção é realizada através do Processo Seletivo de Estudantes Estrangeiros (PSEE), de acordo com a Resolução *Ad Referendum* CONSEPE nº 42, de 22 de novembro de 2019 que estabelece a regulamentação para a seleção de estudantes estrangeiros para os cursos de graduação, na modalidade presencial, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab.

Na eventualidade da sobra de vagas, no ingresso ou no decorrer do curso, até o sexto semestre, o Colegiado do Curso, poderá ofertar as vagas para retorno de alunos evadidos,

transferidos de outras instituições de ensino superior autorizados pelo Ministério da Educação (MEC), bem como para reopção de curso da Unilab ou diplomados em curso superior reconhecido pelo MEC. O aluno é obrigado a cumprir todos os componentes curriculares que não vierem a ser aproveitados da outra IES ou do outro Curso. As prioridades seguem as regras da Unilab.

2.3 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

2.3.1 Integralização Curricular

A seguir são apresentadas as formas de integralização curricular, conforme se segue: componentes curriculares obrigatórios, eletivos e optativos (disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios), as atividades complementares, o trabalho de conclusão de curso (TCC), as atividades de extensão e o estágio curricular obrigatório

2.3.1.1 Planos de Integralização da Carga Horária

Quadro 1 - Integralização da carga horária

Disciplinas Obrigatórias	1.845h
Disciplinas Optativas	120h
Disciplinas Eletivas	120h
Atividades Complementares	100h
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	120h
Atividades de Extensão	310h
Estágio Obrigatório	450 h

Total	3.065 h
-------	---------

2.3.1.2 Atividades Complementares

As atividades complementares compreendem 100 horas e são regulamentadas pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab, de acordo com a Resolução nº 20/2015, de 09 de novembro de 2015. As atividades complementares são componentes curriculares obrigatórios que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade. As atividades complementares são enriquecedoras e implementadoras do próprio perfil do formando e tem por finalidade propiciar ao discente a oportunidade de realizar, em prolongamento às disciplinas do Curso de Serviço Social, uma trajetória particular que lhe permita enriquecer os conhecimentos propiciados pela vida acadêmica. Não se caracteriza como atividade complementar: disciplinas do curso, atividades realizadas nas disciplinas do curso, realização de estágio curricular obrigatório como estagiário da organização, nem aquelas desenvolvidas no TCC. As atividades complementares, por serem consideradas como um conjunto de estratégias pedagógico-didáticas que possibilitam a articulação entre teoria e prática, pela complementação de saberes e desenvolvimento de habilidades durante a formação do docente, são atividades relevantes e contributivas para a implementação da flexibilização curricular, formação integral e cidadã do docente. Assim sendo, elas poderão ser integralizadas até a carga horária máxima prevista na matriz curricular do Curso.

Caberá à Coordenação de Curso a implementação, acompanhamento e avaliação das atividades complementares que deverão integralizadas nos currículos. É de responsabilidade da Coordenação do Curso indicar no calendário letivo:

A comprovação e avaliação das atividades complementares se dará em conformidade com a Resolução supracitada e a aprovação da sua integralização competirá à instância colegiada do curso, conforme prevê o § 1o do Art. 4o da referida Resolução.

2.3.1.3 Atividades de Extensão

Compreende-se Extensão como um processo educativo, cultural, científico e tecnológico que articula, de forma indissociável, o ensino e a pesquisa para a produção e a disseminação do saber universal, contribui para o desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil e dos países parceiros e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade, as atividades de extensão consideradas para efeito de integralização curricular.

A Unilab deve contemplar nos currículos de seus cursos ações extensionistas dedicadas a criar conexões entre estudantes brasileiros e internacionais residentes em seus países de origem, em especial, àqueles oriundos dos países da CPLP, de modo que sejam estabelecidos saberes interculturais a partir desses processos de integração. Além da internacionalização, a universidade deve criar conexões entre estudantes brasileiros e internacionais com as comunidades interiorizadas, vulneráveis e periféricas que circundam os *campi* da Universidade, de modo que sejam construídos saberes dialógicos, atendendo às demandas dessas comunidades.

Esta ação extensionista internacionalizada e interiorizada deve contemplar três pilares fundamentais: a transdisciplinaridade, o protagonismo estudantil e o protagonismo da comunidade. No primeiro, refere-se aos currículos do curso e suas ações extensionistas que tenham como princípio a interlocução de saberes provenientes de diferentes cursos de graduação e pós-graduação presenciais e a distância, permitindo que os estudantes possam criar conhecimentos transdisciplinares. Também deve haver o protagonismo de estudantes de graduação e pós-graduação da Unilab nas modalidades presenciais e a distância, permitindo que os estudantes possam desenvolver a autonomia, criatividade e interlocução entre a sociedade e a Universidade, além do protagonismo das comunidades dos entornos dos *campi* da Universidade, das comunidades dos países da CPLP, populações vulneráveis, comunidades quilombolas e indígenas que devem atuar como colaboradoras das ações extensionistas.

As Atividades de Extensão devem corresponder a 10% do total da carga horária do Curso, segundo a Resolução nº 7 MEC/CNE/CES de Dezembro de 2018 e a Resolução nº 8/2019/Consepe, de 18 de Junho de 2019. Ou seja, no Curso de Serviço Social da Unilab, a carga horária será de 310h, divididas em programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços, para aproveitamento de horas/créditos, pelos cursos e podem abranger:

I - formação inicial e continuada para comunidade externa e interna à Unilab:

a) cursos nas modalidades presenciais ou a distância e nos níveis: iniciação, treinamento e qualificação profissional, atualização, aperfeiçoamento e especialização;

b) oficinas e seminários, desde que vinculados a um programa/projeto;

II - formação artística inicial e continuada para comunidade externa e interna à Unilab:

a) cursos de todas as modalidades e níveis que contemplem as linguagens artísticas (dança, música, teatro, literatura, fotografia, audiovisual, artes visuais, culturas tradicionais, artesanatos, moda, gastronomia, circo, novas mídias e outras);

III - eventos idealizados ou não pelos institutos e/ou cursos;

IV - prestação de consultoria ou assessoria a instituições públicas ou privadas;

V - promoção de atividades artísticas, culturais, educacionais, ambientais e esportivas;

VI - estímulo à criação literária, artística, científica, tecnológica e de inovação;

VII - interiorização da Universidade;

VIII - internacionalização da Unilab.

A creditação dessa carga horária no currículo pode ocorrer na atuação em atividades de extensão registradas na Pró-Reitoria de Extensão da Unilab, como programas, projetos, cursos de extensão e eventos, coordenados por docentes do quadro permanente. Para eventos, a atuação deverá ser na organização ou na realização de eventos e para cursos, a atuação deve ser na organização ou ministração de aulas.

Outra possibilidade é a participação da disciplina optativa Extensão Universitária, que tem características comuns às demais disciplinas, quanto à criação, a oferta e a matrícula, mas diferencia-se pela carga horária totalmente voltada a ações de extensão, com introdução conceitual sobre a função e responsabilidade social da Universidade Pública e particularmente da Extensão Universitária, mas sobretudo desenvolve atividades e projetos de Extensão Universitária com autonomia e liberdade na escolha de temáticas, na definição de programas e na experimentação de procedimentos metodológicos de acordo com o professor que a propuser.

2.3.1.4 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é regulamentado pela Unilab, de acordo com a Resolução N° 11/2017/Consuni, de 02 de maio de 2017 que reedita, com alterações, a Resolução n° 14/2016/CONSUNI, que estabelece as normas gerais para a elaboração dos Trabalhos de Conclusão de Curso para graduação na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab.

O TCC é um trabalho individual e deverá ser o resultado de uma aplicação prática de estudos, trabalhos de campo ou da prática de estágios realizados durante o curso pelos alunos, com a supervisão de um professor orientador.

O TCC é oriundo da elaboração de uma monografia, artigo científico, livro ou capítulo de livro e outras modalidades de produções científicas, artísticas e didáticas desenvolvidos pelo estudante, subsidiado por referencial teórico e por escolhas metodológicas de cunho quantitativo e/ou qualitativo, com foco nos conteúdos estudados no curso. No TCC, o aluno deverá demonstrar domínio significativo do conteúdo programático do curso, dos procedimentos metodológicos da pesquisa e das normas técnicas de elaboração de uma monografia e outras modalidades possíveis. As modalidades aceitas pelo colegiado do curso de Serviço Social são: Monografia, Artigo Científico, Livro ou Capítulo de Livro e Projeto de Intervenção.

Quanto ao procedimento de avaliação do TCC, os alunos deverão apresentar seus trabalhos de conclusão para aprovação perante uma banca de professores, composta do professor orientador e mais dois membros. O TCC deverá ser defendido no último semestre cursado.

Os TCC aprovados poderão integrar o acervo do curso, enriquecendo as fontes de pesquisa para desenvolvimento do pensamento em Serviço Social da Universidade e da comunidade. Neste sentido, o trabalho deverá observar as diretrizes dispostas no Manual para Elaboração de Trabalhos Alunos da Unilab, elaborado segundo as normas da ABNT.

A orientação do TCC deve ser efetuada por professores do quadro permanente da Unilab, em efetivo exercício da atividade docente, podendo o aluno ter professor co-orientador no Brasil, em seu país de origem ou de outro país. A Coordenação do curso tem como responsabilidade gerir os processos associados ao TCC e emitir normas pertinentes, em consonância com as deliberações institucionais da Unilab.

Cada professor orientará até oito trabalhos de conclusão de curso.

2.3.1.5 Estágio Curricular Obrigatório

O Estágio nos Cursos da Unilab é regulamentado pela Resolução N° 15/2017/Consuni, de 27 de Junho de 2017. O estágio supervisionado deverá ser desenvolvido obedecendo a carga horária assegurada legalmente e especificada em Projeto Pedagógico de Curso para sua realização, devendo ser compatível com as atividades acadêmicas discentes.

São objetivos do Estágio Supervisionado dos cursos de graduação da Unilab:

- I. viabilizar experiências profissionais diversificadas na(s) área(s) de abrangência do curso, por meio de atividades planejadas, orientadas e avaliadas, compreendidas como meios de aprimoramento da formação acadêmica e profissional;
- II. desenvolver a competência técnico-científica por meio de circunstâncias reais e cotidianas de trabalho;

III. possibilitar a formação de profissionais responsáveis e comprometidos com o desenvolvimento socialmente justo entre os países que compõem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), por meio do conhecimento compartilhado e pela troca de experiências técnicas, científicas, artísticas, políticas, culturais e socioambientais;

IV. contribuir para a consolidação de saberes resultantes da análise crítica do contexto luso-afro-brasileiro, estimulando o desenvolvimento da autonomia dos discentes, como agentes transformadores da realidade.

O estágio em Serviço Social é elemento fundamental para balizar os processos de mediação teórico-prática na integralidade da formação profissional do Assistente Social e deve ser efetivado em consonância com as Diretrizes Curriculares e com a direção ético-política do Serviço Social brasileiro. Encontra-se normatizado pela Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências, e responde à Resolução CFESS nº 533, de 29 de setembro de 2008, que regulamenta a supervisão direta de estágio em Serviço Social. Além disso, as resoluções e debates específicos da área de Serviço Social sobre o tema encontram-se plasmadas no documento Política Nacional de Estágio – PNE, elaborada no ano de 2010, pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. O estágio supervisionado em Serviço Social é um processo didático-pedagógico que se consubstancia pela indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional, assim como previsto nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS e PNE. Trata-se de disciplina “[...] teórico-prática, efetivada por meio da inserção do estudante nos espaços sócio-ocupacionais, nos quais trabalham os assistentes sociais, capacitando nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para o exercício profissional” (ABEPSS, 2010, p. 14).

A carga horária de estágio deve ser de no mínimo 15% da carga horária total do Curso, conforme definida pela Resolução do CNE, CES, MEC, de nº 02/2007. Assim, o estágio obrigatório em Serviço Social terá 450h divididas em três etapas que se iniciará no 5º período do curso com o componente Supervisão de Estágio em Serviço Social I, havendo ainda mais dois componentes, Estágio em Serviço Social II e III com 150h cada, totalizando 450h de Estágio Obrigatório.

O primeiro componente de estágio, Supervisão de Estágio em Serviço Social I, tem como objetivo a inserção e supervisão do discente no campo de estágio, com uma apresentação da legislação relativa ao processo de estágio, bem como a elaboração do projeto de intervenção. O segundo componente, Supervisão de Estágio em Serviço Social II, seria a inserção e supervisão do discente no campo de estágio, além do acompanhamento da operacionalização do Plano de Estágio executado pelo estudante. Por fim, a Supervisão de Estágio em Serviço Social III é a continuação da inserção, supervisão e acompanhamento do discente no campo de estágio, bem como a avaliação do processo de estágio na formação profissional, através da entrega do relatório final.

No início de cada semestre, a Coordenação estabelecerá um calendário de Estágio, definindo as datas de matrícula, entrega de plano de estágio, entrega de relatório final e da avaliação. A Coordenação de Estágio também apresentará possíveis ofertas de Estágio identificadas, sobretudo, em setores da Unilab, mas também externamente. Contudo, o discente é responsável por providenciar o seu próprio local de Estágio, bem como atentar-se a todos os prazos de entrega estipulados no início de cada semestre.

O local de estágio é de livre escolha do acadêmico, desde que firme convênio com a UNILAB para receber os estagiários, podendo ser entidades da Administração Pública Direta: União Federal, Estado-Membro e Municípios; órgãos da Administração Pública Indireta; no terceiro setor; em paraestatais; em ambientes de pesquisa e extensão pertencentes à UNILAB; e em entidades da iniciativa privada. As entidades concedentes deverão propiciar condições que satisfaçam os objetivos do Estágio, possuir em seu quadro de pessoal profissionais capacitados, ligados à área de Serviço Social e que possam supervisionar e orientar as atividades do estudante na organização; bem como dispor-se a colaborar com a Coordenação do Curso no acompanhamento e supervisão do Estágio.

Os casos omissos deverão ser analisados pelo Coordenador de Estágio e elaborada proposta dirigida ao Coordenador de Curso. Nos casos onde a Coordenação tenha alguma dúvida, tal análise deverá ser submetida a decisão do Colegiado de Curso.

2.3.2 Metodologias de Ensino

As metodologias de ensino proposta para o curso de Serviço Social converge para seus objetivos, garantindo que o conteúdo tratado nas unidades de aprendizagem seja feito de forma interativa e interligada, por meio das formações gerais, básicas, profissionais e inserção no campo de trabalho, proporcionando ao estudante a compreensão da complexidade da realidade estudada. Os processos interativos e a utilização de recursos tecnológicos modernos permitirão imprimir, ao processo pedagógico, dinamicidade que ultrapassa a mera transmissão do conteúdo.

Por meio do diálogo crítico com autores e autoras clássicos e contemporâneos e do debate em sala de aula, as teorias vão se consolidando para permitir que estudos de casos, seminários e verificações *in loco* das realidades diversas contribuam para o desenvolvimento de habilidades e a construção de competências para o êxito e segurança da prática profissional.

No que se refere à formação geral do aluno, a escolha das atividades para cada período letivo poderá ser feita com a orientação da coordenação e as disciplinas serão sempre ministradas por um/a professor/a e para uma turma que congregue alunos de todos os cursos da IES. O intuito é permitir a “intensa convivência acadêmica entre professores, alunos e sociedade” (ABEPSS, 1996).

No tocante à formação básica, que envolve as bases conceituais e o desenvolvimento de proposta interdisciplinar, os conteúdos específicos da área de Serviço Social serão ministrados no âmbito da matriz curricular do curso. No entanto, serão ofertadas disciplinas nos outros cursos da IES que poderão ser frequentadas pelos alunos de Serviço Social expressas pela interdisciplinaridade e pela transdisciplinaridade que fazem parte da proposta teórico/metodológica e prática da Unilab.

As estratégias didático-pedagógicas do curso de Serviço Social da Unilab possibilitam que futuros profissionais sejam estimulados a pensar criticamente, a questionar, a investigar e a buscar soluções (ABEPSS, 1996) para os contextos sociais, políticos, ambientais e culturais de modo que atendam às exigências da sociedade, cumprindo o papel social da universidade pública. Assim sendo, os conteúdos estarão relacionados com as áreas específicas da profissão para dar sustentação à prática profissional, como o desenvolvimento de ações e projetos de

intervenção na realidade, propostas participativas que estejam em sintonia com o local, regional, nacional e internacional.

2.3.3 Estrutura Curricular

A estrutura curricular do curso contém disciplinas com conteúdos que explicitam as inter-relações das dimensões sociais, econômicas, ambientais e culturais, nacional ou internacional, bem como das esferas federal, estadual e municipal. Busca-se, assim, a reflexão e possíveis aplicações no âmbito das organizações, utilizando-se de criatividade, considerando os conteúdos propostos nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os Cursos de Serviço Social. Cabe ressaltar que os componentes curriculares foram inspirados nos projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) e da Universidade Estadual do Ceará (Uece).

É relevante entender que Serviço Social sofre influência direta das transformações que ocorrem na sociedade contemporânea, fenômenos como a globalização, incremento tecnológico, desigualdades socioeconômicas, de gênero e racial, degradação ambiental entre tantos outros, influenciam de diversas maneiras como diagnosticar, planejar, programar, formular e executar políticas sociais para o bem-estar coletivo, com o *mister* de integrar e incluir os indivíduos em sociedade. Desta forma, os novos conteúdos já fazem parte das diversas unidades curriculares. Soma-se a isso a importância atribuída à articulação dos conteúdos, que se relacionam, caracterizando a abordagem pedagógica como multi e interdisciplinar.

As unidades curriculares da matriz do curso Serviço Social estão divididas conforme Resolução nº 15/2002 – CNE e as Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social (ABEPSS, 1996) em três grandes grupos: a) conteúdos de fundamentos teórico-metodológico na vida social; b) conteúdo de fundamentos de formação sócio-histórica da sociedade e c) conteúdo de fundamentos do trabalho profissional. A estes componentes curriculares se somam as Atividades Complementares, o Estágio Curricular Supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Assim, o curso adota etapas sistêmicas de aprendizagem nas quais os conteúdos de formação básica são introduzidos inicialmente, de forma qualitativa, crítica e reflexiva, dando sustentação para a formação de conhecimentos profissionais aplicados, sem desconsiderar a importância dos estudos quantitativos, com as atividades complementares e de extensão.

Por fim, destaca-se que a ênfase do Curso é sua interdisciplinaridade. Os seguintes componentes curriculares têm explicitamente um caráter interdisciplinar:

- a) integração universitária, com disciplinas comuns a todos os cursos da Unilab: Leitura e Produção de Texto I e II, Sociedade, Diferenças e Direitos Humanos nos Espaços Lusófonos, Inserção à Vida Universitária, Iniciação ao Pensamento Científico;
- b) trabalho de Conclusão de Curso - (TCC) - disciplina em que os alunos devem desenvolver projetos de aplicação nos diversos campos de Serviço Social, colocando em casos práticos ou orientados para a prática os conhecimentos adquiridos em diferentes disciplinas;
- c) oficinas, Palestras e Fóruns;
- d) atividades de extensão;
- e) atividades de pesquisa;
- f) disciplinas eletivas que podem ser cursadas em outros cursos da Unilab ou em outras instituições.

A interdisciplinaridade se dá também por meio de reuniões dos Conselhos Superiores, Colegiados de Curso, assim como pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) e reuniões de professores. Além da participação de docentes em diferentes grupos de pesquisa e estudos interdisciplinares. Nesses encontros, serão discutidos os aspectos didático-pedagógicos que incluem, dentre outros, a integração entre as disciplinas e a sinergia derivada desta integração.

Destaca-se ainda a articulação teórica e prática, possível por meio de atividades de campo, estágio e visitas técnicas. Essas atividades reforçam a possibilidade de contato estreito com a sociedade civil, órgãos governamentais da região do Maciço do Baturité e dos países parceiros da Unilab.

A temática da História e cultura Afro-Brasileira e Indígena, de acordo com a Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e da Lei nº 11.645 de 10/03/2008 Altera Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 e a Resolução CNE/CP nº 01 de 17 de junho de 2004 será abordada no curso através das disciplinas Sociedade, Diferenças e Direitos Humanos nos Espaços Lusófonos; Serviço Social e questões étnico-raciais e Movimentos sociais: raça, classe e gênero.

Em conformidade com a Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999 e Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002, a integração da Educação Ambiental é contemplada no curso de Serviço Social, abordando as temáticas Políticas de Educação Ambiental através das disciplinas Políticas Sociais, Questão Urbana e Rural e Gestão Socioambiental.

Atendendo ao Decreto nº 5626/2005, o curso de Serviço Social, também oferece a disciplina optativa de Libras, Linguagem Brasileira de Sinais.

No quadro a seguir, temos a indicação da aderência às Diretrizes Curriculares Nacionais da formação de profissionais de Serviço Social:

Quadro 2 – Aderência às Diretrizes Curriculares Nacionais

Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos (FTM)	
Conteúdos relacionados à vida social	Introdução à Sociologia, Introdução ao Serviço Social, Inserção à Vida Universitária, Psicologia Social, Fundamentos de Filosofia, Sociologia Contemporânea, Economia Política, Seminário de Serviço Social, Teoria Política, Antropologia Cultural, Ética e Direitos Humanos,
Conteúdos relacionados à capacidade de leitura, escrita, expressão e comunicação de acordo com o pensamento científico.	Leitura e Produção de Texto I, Leitura e Produção de Texto II, Iniciação ao Pensamento Científico
Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade lusófona (FPF)	

Conteúdos relacionados, nas diferentes áreas disciplinares, à realidade histórica e contemporânea da sociedade e dos Estados brasileiros e lusófonos.	Sociedades, diferenças e direitos humanos nos espaços lusófonos, Desenvolvimento Capitalista e Questão Social, Formação sócio-histórica e colonialismo dos países lusófonos, Políticas Sociais, Políticas Sociais e Seguridade Social, Políticas Sociais, Diversidade e Direitos Humanos, Questão Urbana e Rural, Movimentos sociais: raça, classe e gênero, Questão Social nos países lusófonos
Núcleo de fundamentos do trabalho profissional (FTP)	
Conteúdos relacionados ao trabalho profissional em Serviço Social.	Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social I, Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social II, Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social III, Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social IV, Trabalho e Sociabilidade, Serviço Social e questões étnico-raciais, Ética Profissional em Serviço Social, Pesquisa em Serviço Social I, Pesquisa em Serviço Social II, Estatística Aplicada ao Serviço Social, Supervisão de Estágio em Serviço Social I e II, Direito e Legislação Social, Serviço Social e Processo de Trabalho, Planejamento e Gestão de Políticas Públicas

Quadro 3 - Matriz Curricular

Período	Componentes	CH	Formação	Teórica	Prática	Estágio	Pré-requisitos
1	Iniciação ao pensamento científico	45	FTM	45	0	0	
	Sociedades, diferenças e direitos humanos nos espaços lusófonos	60	FPF	60	0	0	
	Introdução a Sociologia	45	FTM	45	0	0	
	Leitura e Produção de Texto I	60	FTM	45	0	0	
	Introdução ao Serviço Social	45	FTM	45	0	0	
	Inserção a vida Universitária	15	FTM	15	0	0	
	Subtotal	270h					
2	Psicologia Social	60	FTM	60	0	0	
	Leitura e Produção de Texto II	60	FTM	60	0	0	Leitura e Produção de Texto I

	Fundamentos de Filosofia	60	FTM	60	0	0	
	Sociologia Contemporânea	45	FTM	45	0	0	Introdução à Sociologia
	Economia Política	60	FTM	60	0	0	
	Seminário de Serviço Social	45	FTM	30	15	0	
	Subtotal	330h					
3	Fundamentos Históricos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I	60	FTP	60	0	0	
	Teoria Política	45	FTM	45	0	0	
	Desenvolvimento Capitalista e Questão Social	60	FPF	60	0	0	
	Antropologia Cultural	45	FTM	45	0	0	
	Formação sócio-histórica e colonialismo dos países lusófonos	60	FPF	60	0	0	
	Subtotal	270h					
4	Fundamentos Históricos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social II	60	FTP	60	0	0	Fundamentos Históricos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I
	Políticas Sociais	45	FPF	45	0	0	
	Trabalho e Sociabilidade	45	FTP	45	0	0	
	Ética e Direitos Humanos	45	FTM	45	0	0	
	Serviço Social e questões étnico-raciais	60	FTP	60	0	0	

	Estatística Aplicada ao Serviço Social	60	FTP	60	0	0	
	Disciplina Eletiva	60	-	-	-	-	
	Subtotal	375h					
5	Fundamentos Históricos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III	60	FTP	60	0	0	Fundamentos Históricos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social II
	Políticas Sociais e Seguridade Social	45	FPF	45	0	0	Políticas Sociais
	Ética Profissional em Serviço Social	45	FTP	45	0	0	
	Supervisão de Estágio em Serviço Social I	150	FTP	-	-	150	
	Pesquisa em Serviço Social I	45	FTP	45	0	0	
	Disciplina Eletiva	60	-	-	-	-	
	Subtotal	405h					
6	Fundamentos Históricos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social IV	60	FTP	60	0	0	Fundamentos Históricos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III
	Pesquisa em Serviço Social II	45	FTP	45	0	0	Pesquisa em Serviço Social I
	Políticas Sociais, Diversidade e Direitos Humanos	45	FPF	45	0	0	Políticas Sociais e Seguridade Social
	Supervisão de Estágio em Serviço Social II	150	FTP	-	-	150	Supervisão de Estágio em

							Serviço Social I
	Disciplina Optativa	60	-	-	-	-	
	Subtotal	360h					
7	Direito e Legislação Social	60	FTP	60	0	0	
	Questão Urbana e Rural	45	FPF	45	0	0	
	Serviço Social e Processo de Trabalho	45	FTP	45	0	0	
	Movimentos sociais: raça, classe e gênero	45	FPF	45	0	0	
	Supervisão de Estágio em Serviço Social III	150	FTP	-	-	150	Supervisão de Estágio em Serviço Social II
	TCC I	60	-	-	-	-	
	Subtotal	405h					
8	Planejamento e Gestão de Políticas Públicas	60	FTP	60	0	0	
	Questão Social nos países lusófonos	60	FPF	60	0	0	
	TCC II	60	-	-	-	-	TCC I
	Disciplina Optativa	60	-	-	-	-	
	Atividades Complementares	100	-	-	-	-	
	Atividades de Extensão	310	-	-	-	-	

	Subtotal	650h
INTEGRALIZAÇÃO DA CARGA HORÁRIA		
	Disciplinas Obrigatórias	1845h
	Disciplinas Optativas	120h
	Disciplinas Eletivas	120h
	Atividades Complementares	100h
	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	120h
	Atividades de Extensão	310h
	Estágio Obrigatório	450h
	Total	3065h

As ementas das disciplinas do curso de Serviço Social, estão discriminadas a seguir, ordenadamente com as disciplinas de conteúdo geral do curso e as disciplinas optativas.

CONTEÚDO GERAL DO CURSO

1º Semestre

Disciplina: Sociedades, Diferenças e Direitos Humanos nos Espaços Lusófonos		
Semestre: 1º	C. horária: 60h	Formação: FPF
Ementa: Temporalidades do processo colonial nos países de língua portuguesa (práticas, trocas e conflitos culturais – ocupações e resistências). Movimento Pan-africanista, Negritude; Relações étnico-raciais e racismo; Movimento Negro e Indígena no Brasil e as políticas de ação afirmativa. Gênero, sexualidade. Movimentos Feministas e LGBTT. Tolerância religiosa. Direitos Humanos. Diferenças e Desigualdades. Cultura Afro Brasileira.		
Bibliografia básica:		
ALBERTI, Verena. Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Cpdoc, 2007.		

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro Edições, , 2011. (Coleção Consciência Negra em Debate).

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 10.ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

KODJO, Edem; CHANAIWA, David. Pan-africanismo e libertação. *In:* MAZRUI, Ali A;

WONDJI, Christophe (Ed.). **História Geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. Cap.25.

MARCONDES, Mariana (Org.). **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013. 160 p.

SCHWARTZ, Stuart B. **Cada um na sua lei: tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico**. São Paulo: Companhia das Letras; Bauru: Edusc, 2009.

Bibliografia complementar

CABRAL, Amílcar. **O papel da cultura na luta pela independência: a arma da teoria. unidade e luta I**. 2. ed. Lisboa: Seara Nova, 1978.

DAMATTA, Roberto. Digressão a Fabula das três raças, ou problema do racismo à brasileira. *In:* _____. **Relativizando: uma introdução à Antropologia Social**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p.58-85.

KI-ZERBO, Joseph. et al. Construção da nação e evolução dos valores políticos Ali A. Mazrui e Christophe Wondji.. *In:* MAZRUI, Ali A; WONDJI, Christophe (Ed.). **História Geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. Cap. 16.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SUÁREZ, Mireya. **Desconstrução das categorias mulher e negro**. Brasília, 1992. (Série Antropologia, n. 133). Disponível em: <http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie133empdf.pdf>

Disciplina: Iniciação ao pensamento científico

Semestre: 1º

C. horária: 45h

Formação: FTM

Ementa: Problematizações Epistemológicas

A especificidade do conhecimento científico. Introdução ao pensamento histórico-filosófico relacionado à ciência. Origens do conhecimento, epistemologia e paradigmas científicos. A barreira científica e a representação do outro. O silenciamento da história e do protagonismo do Outro: bárbaros, asiáticos, africanos, americanos. Subaltern Studies. Novas *episteme* da ciência: visibilidade, problematização e conceitualização em pesquisas interdisciplinares. Do lusotropicalismo à lusofonia.

Bibliografia Básica:

KUHN, Thomas. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo, Perspectiva, 2006.

SAID, Edward. A geografia imaginativa e suas representações: orientalizando o oriental. In: _____. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p.85-113.

LAKATOS, Imre. **História da Ciência e suas Reconstruções Racionais**. Lisboa, Edições 70, 1998.

Bibliografia complementar:

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Fragmentos Filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2008.

BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

PANIKKAR, K. M. **A dominação ocidental na Ásia: do século XV a nossos dias**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SANTOS, Boaventura. Entre Próspero e Caliban. In: _____. **A gramática do tempo para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2010. pp.227-249

Disciplina: Leitura e Produção de Textos I

Semestre: 1º

C. horária: 60h

Formação: FTM

Ementa:

Reflexões sobre as noções de língua, variação linguística e preconceito linguístico. A universidade como esfera da atividade humana. Leitura na esfera acadêmica: estratégias de leitura. Gêneros acadêmicos (leitura e escrita na perspectiva da metodologia científica e da análise de gêneros): esquema, fichamento, resenha, resumo (síntese por extenso), memorial e seminário. Normas da ABNT.

Bibliografia básica

ANTUNES, I. **Lutar com palavras: coesão e coerência**. 5. ed. São Paulo: Parábola, 2005.

FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. **Para entender o texto: leitura e redação**. 17. ed. São Paulo: Ática, 2007.

FONTANA, N. M.; PAVIANI, N. M. S.; PRESSANTO, I. M. P. **Práticas de linguagem: gêneros discursivos e interação.** Caxias do Sul, R.S: Educs, 2009.

Bibliografia complementar

DISCINI, N. **Comunicação nos textos:** leitura, produção e exercícios. São Paulo: Contexto, 2005.

MACHADO, A. R. (Org.). **Resumo.** São Paulo: Parábola, 2004.

_____. **Resenha.** São Paulo: Parábola, 2004.

_____. **Trabalhos de pesquisa:** diários de leitura para a revisão bibliográfica. São Paulo: Parábola, 2007.

MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. H. **Produção textual na universidade.** São Paulo: Parábola, 2010.

Disciplina: Inserção à Vida Universitária

Semestre: 1º

C. horária: 15h

Formação: FTM

Ementa:

A Unilab: Lei No 12.289/2010, diretrizes gerais, organograma e funcionamento. Regulamentação do Conselho Universitário referente ao ensino de graduação e suas interfaces com pesquisa, extensão e assistência estudantil. Regramento normativo referente aos direitos e deveres do discente da graduação. Elementos fundamentais do projeto pedagógico do curso (perfil do egresso, disciplinas, integralização curricular e fluxograma).

Bibliografia Básica:

BERNARDO, Renata. **Inserção do ensino superior:** trajetória de formação narradas por jovens universitários . Itatiba, 2015. 158 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco. Disponível em: <https://www.usf.edu.br/galeria/getImage/427/2071138700241062.pdf>.

UNILAB. **Resolução N°017/2013.** Dispõe sobre a regulamentação das normas para realização de atividades de campo (visitas técnicas, viagem de campo, Aulas de Práticas Agrícolas, aulas em laboratórios de outras Instituições, entre outras) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.

UNILAB. **Resolução N°030/2013.** Normatiza os procedimentos relativos à matrícula de estudantes dos cursos de graduação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

UNILAB. **Resolução No 013/2013.** Dispõe sobre a Criação do Programa de Apoio a participação de discentes em eventos.

UNILAB. **Resolução N° 27/2014**. Normas gerais para regulamentar a avaliação da aprendizagem nos cursos de graduação presencial da UNILAB.

UNILAB. **Resolução N° 36/2014**. Estabelece critérios para a concessão de bolsas no âmbito do Programa de Iniciação Científica da UNILAB.

UNILAB. **Resolução N° 20/2015**. Altera parcialmente a resolução N° 24/2011, de 11 de novembro de 2011, que dispõe sobre normas gerais para as Atividades Complementares dos cursos de Graduação da UNILAB.

UNILAB. **Resolução N° 001-B/2015**. Altera a Resolução n° 008/2014, de 23 de abril de 2014, que regulamentou o Programa de Assistência ao Estudante (PAES) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

UNILAB. **Guia do Estudante de Graduação da UNILAB**. Disponível em <http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2016/06/GUIA-DO-ESTUDANTE-UNILAB.pdf>
UNILAB. **Diretrizes Gerais, junho de 2010**.

UNILAB. ICSA. Curso de Administração Pública, bacharelado presencial. **Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública, bacharelado presencial**. Redenção, 2017.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, n° 9394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei de Criação da UNILAB**, n° 12.289, de 20 de julho de 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. O ensino superior brasileiro: novas configurações e velhos desafios. *Educar*, Curitiba, n. 31, p. 73–89, 2008. Editora UFPR. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a06>.

UNILAB. **Estatuto da UNILAB**. 2016.

UNILAB. **Regimento Geral da UNILAB**. 2016.

UNILAB. **Resolução n° 11/2016. Dispõe sobre a aprovação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UNILAB**.

Disciplina: Introdução a Sociologia

Semestre: 1°

C. horária: 45h

Formação: FTM

Ementa: Os paradigmas sociológicos clássicos (Marx, Weber, Durkheim). A relação dos conceitos fundamentais com o estudo dos fenômenos da sociedade capitalista e a tematização dos processos sociais fundamentais: indivíduo, organização, instituições e classes sociais.

Bibliografia Básica:

DURKHEIM, E. As regras do método sociológico. 6. ed.. São Paulo: Editora Nacional, 1971.

_____. **A divisão social do trabalho. São Paulo: Martins Fontes, 1977.**

_____. **O suicídio. São Paulo: Martins Fontes, 1977.**

_____. As lutas de classe em França de 1848 a 1850. In: MARX/ENGELS. **Obras escolhidas.** Tomo 1. Lisboa: Avante, 1982.

_____. O 18 de Brumário de Louis Bonaparte. In: MARX/ENGELS. **Obras escolhidas.** Tomo 1. Lisboa: Avante, 1982.

QUINTANEIRO, T; BARBOSA, MLO; OLIVEIRA, MG. **Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo: Pioneira, 1967

Bibliografia Complementar:

GERTH, H.H e WRIGHT MILLS, C. (orgs). **Max Weber: Ensaio de Sociologia.** 5. ed. Rio de Janeiro: GUANABARA KOOGAN, 1982.

MARX, K. Para a crítica da economia política. In: **Os Pensadores.** V.1. São Paulo: Nova Cultural, 1987. p.p. 1-32.

MARX, K & ENGELS, F. **A ideologia alemã (Feuerbach).** 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

RODRIGUES, J. A. (org). DURKHEIM. Coleção **Grandes Cientistas Sociais.** São Paulo: Editora Atica, 1988.

ORTIZ, R. Durkheim: arquiteto e herói fundador. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** Nº 11. Vol. 4. São Paulo: ANPOCS/VERTICE, 1989. p.p.5-22

Disciplina: Introdução ao Serviço Social

Semestre: 1º

C. horária: 45h

Formação:

Ementa: Gênese e institucionalização do Serviço Social no contexto europeu e norte-americano. Significado sócio-histórico da profissão (dimensões éticas, políticas, culturais e organizacionais). Principais áreas de atuação e demandas postas à profissão na atualidade. Instâncias de organização política do serviço social (ABEPSS, conjunto CFESS/CRESS, ENESSO, dentre outras).

Bibliografia Básica:

BRASIL. Lei 8662 de 07 de junho de 1993 – Dispõe sobre a profissão de assistente Social e dá outras providências. CFESS. O CFESS e os desafios político-profissionais do Serviço Social. In: **Serviço Social e Sociedade. Ano XXIX.** Ed. Especial. São Paulo: Cortez, 2008.

ESTEVÃO, Ana Maria. **O que é Serviço Social.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

IAMAMOTO, Marilda Vilela, CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica, São Paulo: Cortez, 1992.

_____. O Serviço Social na cena contemporânea. In: **Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. O trabalho do assistente social frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social. In: **Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais: Módulo – I.** UNB/CFESS, 2000.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: Identidade e alienação.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 1991.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. O Serviço Social frente ao neoliberalismo: mudanças na sua base de sustentação funcional-ocupacional. In: **Revista Serviço Social e Sociedade,** nº 53, São Paulo, 1997.

Bibliografia Complementar:

ABREU, Marina Maciel. ABEPSS: A perspectivas da unidade da graduação e pós-graduação e produção do conhecimento na formação profissional. In: **Serviço Social e Sociedade. Ano XXIX. Edição Especial.** São Paulo: Cortez, 2008.

ANDERY, Maria Amália et. al. **Para compreender a ciência:** uma perspectiva histórica. 5ª ed. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1994.

CASTRO, Manrique Manuel. **História do serviço Social na América Latina.** São Paulo: Cortez, 1989. CRESS 3ª Região: Assistente Social – quem é e o que faz? (Informativo).

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: **Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: **Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

RICHELIS, Raquel. História do Serviço Social no Brasil. In: **Agenda 2006,** Brasília/CFESS-2006.

2º Semestre

Disciplina: Leitura e Produção de Textos II		
Semestre: 2º	C. horária: 60h	Formação:
Ementa: Reflexões sobre as noções de texto e discurso e a produção de sentido na esfera científica. A pesquisa científica: ética e metodologia. Leitura na esfera acadêmica: estratégias de leitura. Gêneros acadêmicos (leitura e escrita na perspectiva da metodologia científica e da análise de gêneros): projeto de pesquisa, resumo (<i>abstract</i>), monografia, artigo, livro ou capítulo de livro, outras modalidades de produções científicas, artísticas e didáticas (ensaio, relatório, relato de experiência, produção audiovisual etc.).		
Bibliografia básica FRANÇA, J. L. et al. Manual para normalização de publicações técnico-científicas . 7ª ed. B.H: Ed. UFMG, 2004. KOCH, I. G. V. Desvendando os segredos do texto . São Paulo: Cortez, 2006. MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. H. Produção textual na universidade . São Paulo: Parábola, 2010.		
Bibliografia complementar GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. KOCH, I. V. O texto e a construção dos sentidos . 9. ed. São Paulo: Contexto, 2007. MANDRIK, D.; FARACO, C. A. Língua portuguesa: prática de redação para estudantes universitários . 10ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. MARCUSCHI, L. A. Da fala para a escrita: atividades de retextualização . SP: Cortez, 2001. MEDEIROS, J. B. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas . 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.		

Disciplina: Psicologia Social		
Semestre: 2º	C. horária: 60h	Formação: FTM
Ementa: A Psicologia Social e o Serviço Social: relações e contribuições mútuas. Matrizes de análise da relação indivíduo/sociedade. Concepções de psicologia social. A constituição da subjetividade no mundo contemporâneo. Objetivo: Oferecer os principais paradigmas analíticos da relação indivíduo/sociedade, bem como determinar as suas implicações para o Serviço Social.		

Bibliografia Básica:

BONFIM, E. M. e Machado, M. N. **Em torno da psicologia social**. Belo Horizonte, Ed. Autores, 1987. 2.

LANE, S. T. M. & CODO, W. (orgs.). **Psicologia social: o homem em movimento**. S. Paulo, Brasiliense, 1984. 3.

MONTEIRO, L. G. M. **Indivíduo e subjetividade**. Florianópolis, EDUFSC, 1995.

Bibliografia Complementar:

DORAY, B. **Da produção à subjetividade**. S. Paulo, Revista dos Tribunais, 1989.

DUARTE, N. **A individualidade para-si**. Campinas, Autores Associados, 1993.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice**. S. Paulo, Cortez, 1995.

SCHAFF, A. **O marxismo e o indivíduo**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

SILVEIRA, P., Doray, B. (orgs.). **Elementos para uma teoria marxista da subjetividade**. S. Paulo, Vértice, 1989.

Disciplina: Fundamentos de Filosofia**Semestre:** 2º**C. horária:** 60h**Formação:** FTM

Ementa: Filosofia: conceito e contextos. Grandes temas filosóficos. O despertar de uma consciência crítica e autocrítica. As questões que movem o mundo. A filosofia africana. Tipos de conhecimento: do senso comum ao científico. Relevância da filosofia para a formação do ser individual e da sociedade. O Reconhecimento identitário de si. Filosofia da filosofia: reflexão sobre a prática e práxis. Dimensionamento dos problemas gnoseológico, ontológico e teológico. Conceitos básicos do conhecimento filosófico: ser, não ser e devir, as categorias, os princípios fundamentais, transcendência, imanência e metafísica. As correntes filosóficas modernas e contemporâneas. Os paradigmas e as tendências do conhecimento.

Bibliografia Básica:

ARANHA, M. L. de A. **Filosofando: introdução à filosofia**. São Paulo: Moderna, 2003.

JAPIASSU, H. **Ciências: questões impertinentes**. Editado por Márcio Fabri. – Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2011. (Coleção Filosofia e História da Ciência).

RUEDELL, A. et al (Org.). Filosofia e ética. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014. 184 p. (Coleção educação a distância. Série livro-texto).

Bibliografia Complementar:

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CASTIANO, J. P. **Referenciais da filosofia africana: em busca da intersubjetivação**. Cidade do Cabo; Ed. Kadimah, 2010.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

DESCARTES, R. **Princípios de Filosofia**. São Paulo: Hemus, 2006.

MATTAR, J. **Introdução à Filosofia**. São Paulo. Pearson Prentice Hall, 2010.

Disciplina: Sociologia Contemporânea

Semestre: 2º

C. horária: 45h

Formação: FTM

Teorias sociológicas contemporâneas que estudam a organização da vida social. Modernidade e pós-modernidade. Crise dos paradigmas das Ciências Sociais.

Bibliografia Básica:

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

DELEUZE, Gilles. Controle e Devir. In: **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992.

ELIAS, Nobert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1994.

_____. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984

Bibliografia Complementar:

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004. GIDDENS, Anthony. A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SENNET, Richard. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2009

Disciplina: Economia Política

Semestre: 2º

C. horária: 60h

Formação: FTM

Ementa: A economia política e o Serviço Social: relações, implicações, relevância. O modo de produção capitalista: gênese, desenvolvimento e características. Exploração, acumulação, valorização e concentração/centralização do capital. A relação capital/trabalho. Processo de trabalho e controle da força de trabalho. A lei geral da acumulação capitalista. Características e tendências do capitalismo contemporâneo. Objetivo: Oferecer uma análise teórica da dinâmica do modo de produção capitalista, direcionada à compreensão das problemáticas que circunscrevem o campo de intervenção do Serviço Social.

Bibliografia Básica:

MARX, K.. **O Capital – Vol. I – tomo I e II. Os economistas**. São Paulo: Boitempo, 2013.

NETTO, J.P. & BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2011.

XAVIER, Antônio Roberto; CHAGAS, Eduardo Ferreira; REIS, Edilberto Cavalcante. Direito positivo, miséria social e violência no capitalismo globalizado. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 134, p. 107-123, Apr. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.168>>.

Bibliografia Complementar:

HARVEY, D. **Para entender o capital. Livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MANDEL, E. **A formação do pensamento econômico de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MARX, K. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

_____. **O Capital – Livros II e III. Os economistas.** São Paulo: abril cultural, 1983- 1984.

ROSDOLSKY, R. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx.** Rio de Janeiro: Contraponto e Eduerj, 2001.

Disciplina:Seminário de Serviço Social

Semestre: 2°	C. horária: 45h	Formação: FTM
---------------------	------------------------	----------------------

Ementa: Compreensão das práticas do Serviço Social como profissão que intervém na realidade social. Significados do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho no capitalismo. As diversas áreas de atuação profissional situada na dinâmica societária contemporânea com novas expressões e dinâmicas nos espaços sócio-ocupacionais.

Bibliografia Básica:

ABESS/CEDPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social.** (Com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996). Formação Profissional: Trajetórias e Desafios. Cadernos ABESS, São Paulo, n. 07, p. 58-76, 1997. Edição Especial.

ALENCAR, Mônica Maria Torres de; GRANEMANN, Sara. Ofensiva do capital e novas determinações do trabalho profissional. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 161-169, jan. 2009. ISSN 1982-0259.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; LIMA, Telma Cristiane Sasso de. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 8, n.1, p. 22-48. jan./jun. 2009.

RAICHELIS, Raquel. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 104, p. 750-772, out./dez. 2010.

Bibliografia Complementar:

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **Desafios do projeto profissional de ruptura com o conservadorismo. Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, n. 91. 2007.

BARROCO, Maria Lucia. **“Não Passarão!” ofensiva neoconservadora e Serviço Social. Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, n. 124. 2015.

BEHRING, Elaine Rossetti. Expressões Políticas da Crise e as Novas Configurações do Estado e da Sociedade Civil. CFESS, ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** CEAD/UnB. Brasília. 2009.

GUERRA, Yolanda. **O projeto profissional crítico: estratégias de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional.** Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Cortez, n. 91.

2007.

NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-político do Serviço Social Frente à Crise Contemporânea. In: **Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Módulo 01.** Brasília. CFESS/ABEPSS/DSS e CEAD-UnB, 1999.

RAMOS, Sâmia Rodrigues. A Importância da Articulação entre a ABEPSS, Conjunto CFESS/CRESS e ENESSO para a Construção do Projeto Ético-político do Serviço Social. *Temporalis*, Brasília, DF, ano 11, n. 22, jul./dez. 2011.

SIMIONATTO, Ivete. Expressões Ideoculturais da Crise Capitalista na Atualidade e sua Influência Teórico-prática. CFESS, ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** CEAD/UnB. Brasília. 2009

3º Semestre

Disciplina: Fundamentos Históricos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I (FHTM do Serviço Social I)

Semestre: 3º

C. horária: 60h

Formação: FTP

Ementa: Pensamento conservador, questão social e Serviço Social. A profissionalização do Serviço Social: relações com as suas protoformas e com o capitalismo monopolista. As vertentes européia e norte-americana do Serviço Social: surgimento e evolução, relações com as ciências sociais e com a Doutrina Social da Igreja. Positivismo e funcionalismo, psicologismo e pragmatismo na constituição do Serviço Social de Caso e do Serviço Social de Grupo. O Serviço Social Latino- Americano, dos anos 30 aos 50: papel da Igreja, relação com o Estado e com as lutas sociais; da influência européia à norte- americana.”

Bibliografia Básica:

CASTRO, M. M. **História do Serviço Social na América Latina.** São Paulo, Cortez/Celats, 1984, (Capítulos I, II e III).

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social. Ensaios Críticos.** São Paulo: Cortez, 1992.

NETTO , J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social.** S. Paulo, Cortez, 1996.

Bibliografia Complementar:

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M.L. **Estado, Classe e Movimentos Sociais.** São Paulo: Cortez, 2010.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria 'questão social' em debate.** São Paulo: Cortez, 2011.

MARTINELLI, M. L. **Serviço social: identidade e alienação.** S. Paulo, Cortez, 1995.

VERDÈS-LÉROUX, J. **Trabalhador social. Prática. Habitus. Ethos. Formas de intervenção.** S. Paulo, Cortez, 1996.

YAZBEK, M. C. **O significado sócio-histórico da profissão. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS, 2009, p.125 - 141.

Disciplina: Teoria Política

Semestre: 3º

C. horária: 45h

Formação: FTM

Ementa: Estudo dos Clássicos da Política (Maquiavel, Hobbes, Locke, Rousseau, Marx, Lênin, Gramsci). Análise do Estado Moderno e sua relação com a sociedade civil. Regimes políticos. Representação, democracia e cidadania e, ainda, de algumas questões contemporâneas fundamentais à compreensão do processo histórico.

Bibliografia Básica:

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel:** 1843. [2. ed.rev.]. São Paulo: Boitempo, 2010. 175 p.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. **Economia e filosofia no pensamento político moderno.** Campinas, SP: Pontes, 1995. 212 p.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações.** São Paulo: Cultrix, 2005. 124p

Bibliografia Complementar:

ARENDT, Hannah. **A condição humana.** 11. ed. rev. Rio de Janeiro: Ed. F, 2010. 407p.

BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo; VERSIANI, Daniela Beccaccia. **Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos.** Rio de Janeiro: Campus, 2000. 717p.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política.** 10. ed. rev. ampl. Disponível em: [ftp://ftp.unilins.edu.br/leonides/Aulas/Ci_ncia%20Pol_tica%20-%20I/Paulo%20BonavidesCi_ncia%20Pol_tica%20\(pdf\)\(rev\).pdf](ftp://ftp.unilins.edu.br/leonides/Aulas/Ci_ncia%20Pol_tica%20-%20I/Paulo%20BonavidesCi_ncia%20Pol_tica%20(pdf)(rev).pdf).

FERES JÚNIOR, João; POGREBINSCHI, Thamy. **Teoria política contemporânea: uma introdução.** Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2010. 229 p.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade.** 3. ed. São Paulo, SP: WMF Martins Fontes, 2009. 458p

Disciplina: Desenvolvimento Capitalista e Questão Social		
Semestre: 3º	C. horária: 60h	Formação: FPF
<p>Ementa: Surgimento e consolidação do capitalismo como sistema de produção e reprodução social. Conceito de questão social no marco da teoria social crítica. Gênese, desenvolvimento e reconfigurações da questão social. Particularidades da questão social na formação sócio-histórica da sociedade brasileira. O debate sobre questão social no Serviço Social.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>HUBERMAN, L. História da riqueza do homem. Trad. Waltensir Dutra. 21ª. ed. Ver. Rio de Janeiro: LTC, 2008.</p> <p>IAMAMOTO, M. V. & CARVALHO, R. de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1983.</p> <p>XAVIER, Antônio Roberto; CHAGAS, Eduardo Ferreira; REIS, Edilberto Cavalcante. Direito positivo, miséria social e violência no capitalismo globalizado. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 134, p. 107-123, Apr. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.168>.</p>		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>IAMAMOTO, M. V. Capital fetiche, questão social e Serviço Social. In: Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2008, pp. 105- 208.</p> <p>IANNI, O. A Questão Social . São Paulo em Perspectiva, 5 (1):2-10, janeiro/março 1991.</p> <p>MARTINS, J. de S. Exclusão social e a nova desigualdade. São Paulo: Paulus, 1997 (Coleção Temas da Atualidade).</p> <p>SANTOS, Josiane Soares. “Questão Social”: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção biblioteca básica de serviço social; v. 6).</p> <p>SILVA, I. M. F. da. Questão Social e Serviço Social no Brasil: fundamentos sociohistóricos. Cuiabá: EdUFMT, 2008, p. 27-81.</p>		

Disciplina: Antropologia Cultural		
Semestre: 3º	C. horária: 45h	Formação: FTM
<p>Ementa: A cultura como sistema de representação. Estudo do comportamento social e cultural através do conceito antropológico de cultura e diversidade cultural, especialmente no que se refere a valores, hábitos e comportamentos, costumes e preconceitos regrados pela formação cultural e coletiva. Breve histórico do pensamento antropológico. A construção social da realidade. Sistemas simbólicos. Mitos e ritos. Arquétipos e Estereótipos. Antropologia urbana. Manifestações da cultura popular brasileira. A contribuição da Antropologia para outras áreas do conhecimento: o olhar, ouvir e escrever da etnografia.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>DAMATTA, Roberto. Carnavais, malandros e heróis. Rio de Janeiro, Rocco, 1997.</p> <p>LABURTHE-TOLDA, Philippe. Etnologia a antropologia. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.</p> <p>LAPLANTINE, François. Aprender antropologia. São Paulo: Brasiliense, 2003.</p> <p>LARAIA, Roque De Barros. Cultura um conceito Antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. 116 p.</p>		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>LAPLANTINE, François. Aprender antropologia. São Paulo: Brasiliense, 2003.</p> <p>MARGARIDO, Alfredo. 2000. A lusofonia e os lusófonos: novos mitos portugueses. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas. 89 p. MATURANA, Humberto R.;</p> <p>VERDEN-ZÖLLER, Gerda. Amar e brincar: fundamentos esquecidos do humano do patriarcado à democracia. 3. ed. São Paulo: Palas Athena, 2011. 263 p.</p> <p>OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, v. 39, n.1,1996.</p> <p>XAVIER, Antônio Roberto. MUNIZ, Karla Renata de Aguiar; TAVARES, Rosalina. Semedo de Andrade; CAETANO, Luís Miguel Dias; Pluralidade, cultural brasileira: aspectos conceituais e contextuais. Fortaleza: Imprece, 2019.</p>		

Disciplina: Formação sócio-histórica e colonialismo nos países Lusófonos.		
Semestre: 3º	C. horária: 60h	Formação: FPF
<p>Ementa: O Processo de colonização e a constituição dos Estados Nacionais Lusófono. Evolucionismo, teleologia e eurocentrismo, religião e civilização na estruturação das sociedades coloniais e do Estado nas Américas, África e Ásia. Tipologia das situações coloniais modernas e contemporâneas (povoamento e exploração, colônias e protetorados, administração direta e indireta, colonialismo, imperialismo e neocolonialismo). Contribuições da crítica pós-colonial.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>BHABHA, Homi K. O local da cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. 81</p> <p>CHATTERJEE, Partha. Colonialismo, modernidade e política. Salvador: Edufba, 2004.</p> <p>HALL, Stuart. Da Diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.</p> <p>SCHWARTZ, Stuart B. Cada um na sua lei: tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico. São Paulo: Companhia das Letras; Bauru: Edusc, 2009.</p>		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>ANTONACCI, Maria Antonieta. Memórias ancoradas em corpos negros. São Paulo: educ, 2015.</p> <p>COOPER, Frederick; SCOTT, Rebecca J.; HOLT, Thomas C. Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.</p> <p>FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.</p> <p>MIGNOLO, W. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Cadernos de Letras da UFF, n. 34, p. 287-324, 2008.</p> <p>MONTEIRO, John Manuel. Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo. Tese (Livre-docência em Etnologia), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001</p>		

4º Semestre

Disciplina: Fundamentos Históricos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social II (FHTM do Serviço Social II)

Semestre: 4º

C. horária: 60h

Formação: FTP

Ementa: A modernização do Serviço Social: o papel do Desenvolvimento de Comunidade nos Estados Unidos e sua difusão na América Latina, no quadro do debate da relação desenvolvimento/subdesenvolvimento. A contestação à modernização: a crítica ao conservadorismo e ao reformismo nos anos 60 no marco da América Latina. A modernização do Serviço Social no Brasil: de Araxá a Teresópolis. Transformações nas posições da Igreja católica, novas relações entre cristãos e marxistas. O “Movimento de Reconceituação” Latino-Americano – influências teóricas, unidade e diversidade. O “Movimento de Reconceituação e o ciclo de ditaduras militares na América Latina a partir dos anos 1960.

Bibliografia Básica:

1. CASTRO, M. M. **História do Serviço Social na América Latina**. São Paulo, Cortez/Celats, 1984, (Capítulo IV)

ALAYO N, Norberto. **Trabajo social latino -americano: a los 40 años de la Reconceptualización**. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2005.

NETTO , J. P. A renovação do Serviço Social sob a autocracia burguesa. In: **Ditadura e serviço social**. S. Paulo, Cortez, 1995. P. 117 -246

Bibliografia Complementar:

CBCISS. **Teorização do serviço social. Documentos de Araxá, Teresópolis e Sumaré**. Rio de Janeiro: Agir, 1987.

FALEIROS, V. P. **Metodologia e ideologia do trabalho social**. S. Paulo, Cortez, 1981.

FALEIROS, Vicente de P. Confrontos teóricos do movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina. In: **Revista Serviço Social e sociedade n° 24**. São Paulo: Cortez, agosto de 1997.

MARTINEZ, Juan M. Processo Histórico e Serviço Social na América Latina. In: **Serviço Social: intervenção na realidade**. Petrópolis: Vozes, 1980.

PALMA, D. **Reconceptualización: una búsqueda en América Latina**. Buenos Aires, ECRO, 1977.

Disciplina: Políticas Sociais		
Semestre: 4º	C. horária: 45h	Formação: FPF
<p>Ementa: As condições sociais de emergência e desenvolvimento das políticas sociais no capitalismo e suas teorias explicativas. Liberalismo, Keynesianos e Neoliberalismo. Configuração do fundo público. As relações entre Estado e Sociedade para configuração das políticas sociais. O papel dos sujeitos políticos na formulação, implementação e gestão das políticas sociais públicas e privadas na atual conjuntura e na luta pelos direitos sociais.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>BEHRING, Eliane Rossetti e BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca básica de serviço social, v.2).</p> <p>LAURELL, Ana Cristina (org.). Estado e políticas sociais no neoliberalismo. São Paulo: Cortez, 1997.</p> <p>PEREIRA, Potyara A P.; BRAVO, Maria Inês Sousa (Org.). Política social e democracia. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.</p> <p>_____. Política Social: temas e questões. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p>		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>BEHRING, Eliane Rossetti. Principais abordagens teóricas da política social e da cidadania. In: _____. Capacitação em serviço social e política social. Brasília: UnB, 2000. 259p. módulo.</p> <p>CARVALHO, Alba Maria Pinho de. O “Brasil Real” em questão: um resgate do olhar crítico de cientistas sociais. Fortaleza, UFC, 1999. Tese (Doutorado).</p> <p>ELZA, Maria Franco Braga (org.). América Latina: transformações econômicas e políticas. Fortaleza: UFC, 2003.</p> <p>PEREIRA, Potyara A P. Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2000.</p> <p>SALVADOR, Evilásio. Fundo Público e Seguridade Social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2010. (capítulo 1).</p>		

Disciplina: Trabalho e Sociabilidade		
Semestre: 4º	C. horária: 45h	Formação: FTP
<p>Ementa: Determinações ontológicas do ser social. Trabalho e relações sociais no modo de produção capitalista. Divisão social do trabalho. Produção social e valor. Trabalho assalariado, propriedade e capital, processos de trabalho e produção da riqueza social. Trabalho e cooperação: o trabalhador coletivo. A polêmica em torno da crise da sociedade do trabalho.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>ANTUNES, R. (org.). A dialética do trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2004.</p> <p>ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? São Paulo, Cortez, 1995.</p> <p>LUKACS, G. Ontologia do ser social. Vol. I e II. São Paulo: Boitempo, 2013</p>		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>ALVES, G. Trabalho e subjetividade. São Paulo: Boitempo, 2011.</p> <p>LESSA, S. A ontologia de Lukács, 2a ed. Maceió: EDUFAL, 1997.</p> <p>MÉSZÁROS, I. A teoria da alienação de Marx. São Paulo: Boitempo, 2006.</p> <p>RANIERI, J. Trabalho e dialética. São Paulo: Boitempo, 2011.</p> <p>RUBIN, I. A teoria marxista do valor. São Paulo: Brasiliense, 1981</p>		

Disciplina: Ética e Direitos Humanos		
Semestre: 4º	C. horária: 45h	Formação: FTM
<p>Ementa: Fundamentação ética de caráter crítico e sócio-histórico para a área de Direitos Humanos; compreensão da gramática constitutiva dos Direitos Humanos no processo civilizatório e dos limites históricos de suas conquistas por meio das práticas de defesa, garantia e promoção de direitos no cotidiano da vida em sociedade; o projeto ético-político profissional do Serviço Social.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>ARENDDT, Hannah. “Fases privadas em espaços públicos” – Por uma ética da responsabilidade. In: ARENDDT, Hannah. Responsabilidade e julgamento. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.</p>		

CHAUI, Marilena. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 1993.

FRISCHEISEN, Luiza Cristina Fonseca et al. (Orgs.). *Direitos humanos e políticas públicas*. São Paulo: Pólis, 2001.

MELLO, Joamel Bruno de. O primeiro valor. *Revista Medicina Social de Grupo*. Ano XV, n.171, jan./fev.2001, p.10-2.

Bibliografia Complementar:

BAUMAN, Zygmunt. **Ética pós-moderna**. Tradução João Rezende Costa . São Paulo: Paulus, 1997. (Critérios éticos)

COMPARATO, Fábio Konder. **Ética: direito, moral e religião no mundo moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FARIAS SILVA, Eduardo, GEDIEL, José Antonio Peres, TRAUZYNSKI, Silvia Cristina. (Orgs.). **Direitos humanos e políticas públicas**. Curitiba: Universidade Positivo, 2014.

KARNAL, Leandro. O Ódio no Brasil (vídeo). Disponível em: RIBEIRO, Renato Janine. **A sociedade contra o social: o alto custo da vida pública no Brasil**, São Paulo, Cia. Das Letras, 2000.

SANDEL, Michael J. **Justiça – O que é fazer a coisa certa?** 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

Disciplina: Serviço Social e questões étnico-raciais

Semestre: 4º

C. horária: 60h

Formação: FTP

Ementa: Discutir a questão racial como eixo estruturante da formação social brasileira. A escravidão moderna. Reconfiguração das relações raciais com o pós-abolição sob forma do Racismo estrutural. Persistentes desigualdades sociorraciais. Resistências plurais e desafios postos ao Serviço Social.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, S. L. de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites — século XIX**. Rio de Janeiro: Annablume, 2004.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**: o legado da raça branca. Ensaios de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008. v. 1.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**, 50. ed. Global Editora. 2005.

GONÇALVES, R. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Revista Katálisis, Florianópolis**, v. 21, n. 3, set./dez. 2018.

SCHWARCZ, L. M. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**: cor e raça na sociedade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, A. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

_____. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020

Bibliografia Complementar:

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. 2.ed. São Paulo: Global Editora, 2007.

JACCOUD, L. de B. **A construção de uma política de promoção da igualdade racial**: uma análise dos últimos 20 anos. Brasília: Ipea, 2009b.

_____; BEGHIN, N. **Desigualdades raciais no Brasil**: um balanço da intervenção governamental. Brasília: Ipea, 2002.

MADEIRA, Maria Zelma de Araújo. **Questão racial e opressão**: desigualdades raciais e as resistências plurais na sociedade capitalista. Revista Argumentum, Vitória, v. 9, n. 1, p. 21-31, jan./abr. 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/15440>>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2020.

_____. **Política de igualdade racial na realidade cearense**. EM PAUTA, Rio de Janeiro _ 1o Semestre de 2020 - n. 45, v. 18, p. 148 – 164. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/47221/31985> . Acesso em: 21 de fevereiro de 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. 2015-2024: **Década Internacional de Afrodescendentes**. <http://decada-afro-onu.org/plan-action.shtml> . Acesso em: 21 de fevereiro de 2020.

Disciplina: Estatística aplicada ao Serviço Social		
Semestre: 4º	C. horária: 60h	Formação: FTP
<p>Ementa: Definição de estatística. Tipos de dado. Distribuição de frequência. Medidas de tendência central. Medidas separatrizes. Medidas de dispersão. Distribuição de probabilidade (binomial, Poisson e normal. Técnica de amostragem. Com o uso de software Python / Rstudio.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística aplicada às ciências sociais. 5. ed. rev. Florianópolis: Ed. UFSC, 2003. 340p. (Didática) ISBN 8532800106</p> <p>MAGALHÃES, Marcos Nascimento; LIMA, Antonio Carlos Pedroso de. Noções de probabilidade e estatística. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2010. xv, 408 p. (Acadêmica; v. 40) ISBN 9788531406775</p> <p>MORETTIN, Pedro Alberto; BUSSAB, Wilton de Oliveira. Estatística básica. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.</p>		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>BUNCHAFT, Guenia; KELLNER, Sheilah R. de O.; HORA, Luisa Helena Morgado da. Estatística sem mistérios. 2. ed. rev. Petrópolis: Vozes, 1997- nv.</p> <p>CRESPO, Antônio Arnot. Estatística fácil. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.</p> <p>LARSON, Ron; FARBER, Elizabeth. Estatística aplicada. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.</p> <p>MARTIN, Olivier. Da estatística política à sociologia estatística. Desenvolvimento e transformações da análise estatística da sociedade (séculos XVII-XIX). Rev. bras. Hist., São Paulo , v. 21, n. 41, p. 13-34, 2001 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000200002&lng=pt&nrm=iso>. https://doi.org/10.1590/S0102-01882001000200002</p> <p>MARCELINO, Kerla Julia. A importância da Estatística na atualidade. 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria/images/stories/pdf/a_importancia_da_estatistica_na_atualidade_-_artigo_de_karla_jlia_marcelino.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2015.</p> <p>MORETTIN, Luiz Gonzaga. Estatística básica: probabilidade. 7. ed. São Paulo: Makron Books, 1999</p>		

5º Semestre

Disciplina: Fundamentos Históricos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III (FHTM do Serviço Social III)		
Semestre: 5º	C. horária: 60h	Formação: FTP
<p>Ementa: Crise da autocracia burguesa e o processo de renovação do Serviço Social brasileiro e latino-americano. A produção teórico-metodológica do Serviço Social do período de renovação e a aproximação ao marxismo. A intenção de ruptura e construção de projeto ético-político no Brasil. O debate sobre trabalho social crítico nos demais países da América Latina</p>		
Bibliografia Básica:		
<p>NETTO, J. P. A intenção de ruptura. Ditadura e serviço social. S. Paulo, Cortez, 1995, p. 247-304.</p> <p>IAMAMOTO, M. V. “O Debate Contemporâneo da Reconceituação do Serviço Social: ampliação e aprofundamento do Marxismo”. In: O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.</p> <p>SALAMANCA, Roberth. Trabajo social crítico: La perspectiva profesional en el contexto Latinoamericano. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.</p>		
Bibliografia Complementar:		
<p>NETTO, J. P. O Serviço Social e a tradição marxista. Serviço Social e Sociedade, n. 30, São Paulo: Cortez, 1989, p.89- 102.</p> <p>CELATS . Servicio Social Crítico: Problemas y Perspectivas: São Paulo, Cortez, 1982.</p> <p>MONTANO, Carlos. Um projeto para o Serviço Social Crítico. Revista Katalysis vol. 9, n. 2, jul - dec/2006.</p> <p>TAPIRO, Juan Pablo. A vigência da luta de classes e a construção de um serviço social crítico na América Latina. Revista Praia Vermelha (UFRJ) Vol 24, n. 02, 2015.</p> <p>SILVA E SILVA, M. O. (coord.). O serviço social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. S. Paulo, Cortez, 1995.</p>		

Disciplina: Políticas Sociais e Seguridade Social		
Semestre: 5º	C. horária: 45h	Formação: FPF
<p>Ementa: História das Políticas Sociais no Brasil e o papel dos sujeitos e suas lutas pelos direitos sociais. As características gerais das Políticas Sociais brasileiras e sua influência da tradição histórica; as políticas sociais na era Vargas; no desenvolvimentismo e na ditadura militar. A Constituição Federal Brasileira e os direitos sociais, gestão e financiamento das políticas sociais; o neoliberalismo no Brasil e sua repercussão nos direitos sociais.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>BRAGA, Léa e CABRAL, Maria do Socorro Reis (orgs). Serviço social na previdência: trajetória, projetos profissionais e saberes. São Paulo: Cortez, 2007.</p> <p>BOSCHETTI, Ivanetti. A política de seguridade social no Brasil. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, CFESS/ABEPSS,2009.</p> <p>CRESS SP. Legislação Brasileira para o Serviço Social: Coletânea de Leis, decretos e regulamentos para instrumentação da (o) Assistente Social. São Paulo, Cress SP, 2004.</p>		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>MESTRINER, Maria Luiza. O estado entre a filantropia e a assistência social. 4. ed.São Paulo: Cortez, 2001.</p> <p>MOTA, Ana Elizabete [et al]. Serviço Social e Saúde. 3.ed.São Paulo: Cortez, 2008.</p> <p>SIMÕES, C. Curso de Direito do Serviço Social. São Paulo: Cortez, SP, 2007.</p> <p>SILVA, Ademir Alves da. A gestão da seguridade social brasileira: entre a política pública e o Mercado. 2.ed.São Paulo: Cortez, 2007.</p> <p>SILVA, Maria Ozanira da Silva; YASBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo Di. A Política Social Brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.</p>		

Disciplina: Ética Profissional em Serviço Social		
Semestre: 5º	C. horária: 45h	Formação: FTP
<p>Ementa: Ética em Serviço Social. As diferentes perspectivas ético-morais e suas implicações para a ética do Serviço Social. Os códigos de Ética do Serviço Social na América Latina. Legislações que orientam o exercício profissional e formas de organização da categoria</p>		

Bibliografia Básica:

BARROCO, Maria Lúcia. Ética: fundamentos sócio-históricos. São Paulo: Cortez, 2009. Coleção biblioteca básica do Serviço Social.

BONETTI, Dilséa Adeodato e t. all. Serviço Social e Ética: um convite a uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 1996.

CFESS. Código de Ética do Assistente Social. Brasília : CFESS, 1993

Bibliografia Complementar:

AGUIAR, Antonio Geraldo de. Serviço Social e filosofia: das origens a Araxá. 5. Ed. São Paulo: Cortez, Piracicaba: Universidade Metodista de Piracicaba, 1995.

ARANHA, Maria Lúcia de A; MARTINS, Maria Helena P. Introdução à filosofia. São Paulo: Moderna, 1993.

BARROCO, Maria Lúcia. Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Os fundamentos sócio-históricos da ética. In: capacitação em Serviço Social e política social: reprodução social, trabalho e Serviço Social. Módulo 2. Brasília: CEAD/UNB/CFESS/ABEPSS, 1999.

BOBBIO, Noberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

Disciplina: Supervisão de Estágio em Serviço Social I**Semestre:** 5º**C. horária** 150h**Formação:** FTP

Ementa: Inserção e supervisão do discente no campo de estágio. Conhecimento da legislação relativa ao processo de estágio. Compreensão da instituição, suas normativas e a política pública na qual está inserida. Reflexão sobre as expressões da questão social e das especificidades do trabalho do assistente social no campo de estágio. Elaboração do projeto de intervenção.

Bibliografia Básica:

ABEPSS. A Política Nacional de Estágio BARROCO, Maria Lucia Silva; Brasil. **LEI Nº 11.788**, de 25 DE SETEMBRO DE 2008. Dispõe sobre o estágio.

CEFESS. **Atuação de Assistentes Sociais no sociojurídico:** subsídios para reflexão. Brasília, 2014.

CEFESS. Lei de Regulamentação da Profissão do Assistente Social – **Lei Nº 8662** de 07 de junho de 1993.

Bibliografia Complementar:

TERRA, Sylvia Helena (Orgs.). **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (organizador). São Paulo: Cortez, 2012.

COSTA, Joyce Vieira da; GUINDANI, Miriam Krenzinger. Didática e pedagogia do diário de campo na formação do Assistente Social. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, ed. UEPG, v. 12, n. 12, p. 265-278, 2012. Disponível em: . CFESS. Resolução Nº 533/2008.

ABEPSS-ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS**, maio 2010. Disponível em :http://www.abepss.org.br/briefing/documentos/Lei_de_Diretrizes_Curriculares_1996.pdf

ABEPSS e CFESS. As entidades do Serviço Social brasileiro na defesa da formação profissional e do projeto ético-político. **Revista Serviço Social e Sociedade** nº 108, p.785-802, out/dez. Seção Polêmica e Debates. São Paulo: Cortez, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Legislação e Resoluções sobre o Trabalho do/a Assistente Social. Lei de Regulamentação da Profissão (**Lei 8.662/03**). Brasília: CFESS, 2011.

TERRA, Sylvia H. **Parecer Jurídico Normativo CFESS nº 36/2011**.

Disciplina: Pesquisa em Serviço Social I

Semestre: 5º

C. horária: 45h

Formação: FTP

Ementa: A pesquisa como atividade central na produção do conhecimento: debate epistemológico e controvérsias paradigmáticas nas ciências sociais e seus efeitos no campo do serviço social. O cotidiano como ponto de partida e de chegada da pesquisa e da produção do conhecimento: dimensão interventiva e investigativa do serviço social. Metodologias e técnicas da pesquisa social: abordagens quantitativas e qualitativas. Experiências de pesquisadores em campo: abordagens teórico-metodológicas na construção dos objetos de pesquisa.

Bibliografia Básica:

ABEPSS. A metodologia no Serviço Social. **Cadernos ABEPSS**, n.5, São Paulo: Cortez, 1989.

BECKER, H. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. S. Paulo, Hucitec, 1994.

FALEIROS, V. P. “Alternativas Metodológicas de Pesquisas em Serviço Social”. In **Revista Serviço Social e Sociedade**, n.o 21, Cortez: São Paulo.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, v.9, n.3, p. 239- 262, jul/set, 1993.

Bibliografia Complementar:

BORGIANNI, E & MONTAÑO C. (orgs). **Metodologia y Serviço Social: hoy en debate**.

DESLANDES, Suely Ferreira. A construção do Projeto de Pesquisa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ, Vozes, 1994, p. 31-50.

GUERRIERO, Iara Coelho Zito; MINAYO, Maria Cecília de Souza. A aprovação da Resolução CNS n. 510/2016 é um avanço para a ciência brasileira. **Saúde Soc.** São Paulo, v.28, n.4, p.299-310, 2019.

MIOTO, R. C. T; LIMA, T. C. S. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo. **Revista Textos e Contextos**. Porto Alegre: PUCRS, 2009, p. 22-48.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. v. 1. 64p .

6º Semestre

Disciplina: Fundamentos Históricos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social IV (FHTM do Serviço Social IV)

Semestre: 6º

C. horária: 60h

Formação: FTP

Ementa: O Serviço Social na contemporaneidade: polêmicas e perspectivas presentes no debate a partir dos anos 1990. Transformações societárias e mudanças no espaço sócio-ocupacional do Serviço Social na América Latina. A agenda neoliberal e os rebatimentos na profissão. A lógica cultural do capitalismo contemporâneo e sua influência nas Ciências Sociais e no Serviço Social: modernidade, pós-modernidade e neoconservadorismo

Bibliografia Básica:

IAMAMOTO, M. V. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, Josiane. **Neoconservadorismo pós-moderno e serviço social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo. **A conjuntura brasileira: O Serviço Social posto à prova**. Revista Serviço Social e Sociedade, no 79. São Paulo: Cortez, 2004.

Bibliografia Complementar:

ABEPSS. **Modernidade e pós-modernidade**. Temporalis. No 10. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. Recife: Editora Universitária UFPE, 2005.

IAMAMOTO, Marilda V. As dimensões Ético-Políticas e Teórico-Methodológicas no Serviço Social Contemporâneo. In: MOTA, Ana Elizabete et al. (orgs.). **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez/ABEPSS, 2006.

BRAZ, Marcelo. O governo Lula e o Projeto Ético-político do Serviço Social. In: **Serviço Social & Sociedade**, no 78. São Paulo: Cortez, 2004.

MOTA, Ana E. **Crise, desenvolvimentismo e tendências das políticas sociais no Brasil e na América Latina**. Revista de Sociologia Configurações. 2012. Disponível em: <http://configuracoes.revues.org/1324>

SANTOS, Silvana M M. **O CFESS na defesa das condições de trabalho e do projeto ético-político profissional**. Serviço Social e Sociedade. n. 104, out/dez 2010.

Disciplina: Pesquisa em Serviço Social II

Semestre: 6º

C. horária: 45h

Formação: FTP

Ementa: A função e a importância da pesquisa na produção de conhecimentos e na intervenção social. Tipologia da pesquisa social. Projeto de pesquisa, instrumentos e técnicas. Elaboração de projeto de pesquisa preliminar para Trabalho de Conclusão de Curso

Bibliografia Básica:

CORDEIRO, Denise. **Introdução: o encontro com o objeto**. In: Juventude nas sombras: escola, trabalho e moradia em territórios de precariedades. Rio de Janeiro, Lamparina, FAPERJ, 2009, p.19-42.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Atlas: São Paulo, 1987.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, Vozes, 1994.

Bibliografia Complementar:

BENTO, António. **Como fazer uma revisão da literatura**: considerações teóricas e práticas. Revista JÁ (Associação Académica da Universidade da Madeira), n. 65, 2012, p. 42-44.

CARDOSO, Ruth C. L. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, Ruth C. L. (org). **A Aventura Antropológica**: Teoria e Pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.95-105.

DESLANDES, Suely Ferreira. A construção do Projeto de Pesquisa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ, Vozes, 1994, p. 31-50.

FONTELLES et al. **Metodologia da pesquisa científica**: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. Revista Paraense de Medicina, Pará, v. 23, n.3, jul.-set., 2009.

PRATES, Jane Cruz. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. In: **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 11, n. 1, p. 116 - 128, jan./jul. 2012.

Disciplina: Políticas Sociais, Diversidade e Direitos Humanos

Semestre: 6º

C. horária: 45h

Formação: FPF

Ementa: Contextualização sócio histórica das políticas setoriais no Brasil e o papel dos sujeitos na luta pelos direitos sociais. Direitos sociais no Brasil e a implementação das políticas sociais para criança e adolescentes, juventudes, mulheres, idosos, população LGBT. Políticas de educação, cultura, habitação. Políticas afirmativas. Análise da organização e financiamento destas políticas no contexto contemporâneo.

Bibliografia Básica:

ALENCAR, M.M.T. As Políticas Públicas de emprego e renda no Brasil: do “nacional desenvolvimentismo” ao “nacional-empendedorismo” In: BEHRING, E.R, e ALMEIDA, M. H. T. (Orgs) Trabalho e Seguridade Social: percursos e dilemas. 2.ed. São Paulo:Cortez, 2010.

OSTERNE, M. S. F. Na trilha das concepções: família, juventude e políticas públicas. In CUNHA, M. A; SILVEIRA, I.M.M (Orgs). **Expressões da questão social no Ceará**. Fortaleza: EDUECE, 2014.

XAVIER, A.R.; LIMA, M.D.B.; LIMA, M. V. G.; MUNIZ, K.R. A (orgs.). **Educação inclusiva, Diversidade e Direitos Humanos**. Fortaleza; Imprece, 2019.

Bibliografia Complementar:

CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO, Maria Tereza. Envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas. In: Os Novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60?/ Organizado por Ana Amélia Camarano.- Rio de Janeiro: IPEA, 2004. 604 p.

CORRÊA, Sonia e PARKER, Richard. (Org.) Sexualidade e política na América Latina: histórias, interseções e paradoxos. Rio de Janeiro, ABIA, 2011.

DINIZ, Debora; SQUINCA, Flávia; MEDEIROS, Marcelo. Deficiência, cuidado e justiça distributiva. Série Anis, v. 48, p. 1-6, maio 2007.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. Revista Estudos Feministas, Florianópolis-SC, v. 12, n. 1, p.47-71, 2004.

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? Lua Nova, São Paulo, v. 70, p. 101-138, 2007.

MARIANO, Silvana Aparecida. CARLOTA, Mariano Cássia Maria. Gênero e combate à pobreza: Programa Bolsa Família. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 17(3): 312, setembro-dezembro/2009.

MELLO, Luiz Mello; MAJORA, Walderes Brito, Daniela. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. Cadernos Pagu, v.39, p.403-429.jul.-dez. 2012:

MOTTA, Alda Britto da; WELLER, Wivian. (Orgs.) Dossiê: a atualidade do conceito de gerações na pesquisa sociológico. Revista Sociedade e Estado, v. 25, n. 2 maio-ago. 2010.

PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 16, n.3, p. 424, set.-dez. 2008.

WONG, Laura L. Rodríguez.; CARVALHO, J. A. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 5-26, jan./jun. 2006.

Disciplina: Supervisão de Estágio em Serviço Social II

Semestre: 6º

C. horária: 150h

Formação: FTP

Ementa: Inserção e supervisão do discente no campo de estágio. Acompanhamento e avaliação da operacionalização do Plano de Estágio executado pelo aluno. Discussão sobre a instrumentalidade do trabalho profissional. Avaliação do processo de estágio na formação profissional.

Bibliografia Básica:

ABEPSS. A Política Nacional de Estágio BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena (Orgs.) **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (organizador). São Paulo: Cortez, 2012.

CFESS. **Parâmetros para atuação do Assistente Social na saúde CEFESS. Atuação de Assistentes Sociais no sociojurídico**: subsídios para reflexão. Brasília, 2014.

CFESS. Lei de Regulamentação da Profissão do Assistente Social – **Lei Nº 8662** de 07 de junho de 1993. FREIRE, Paulo. O papel do Trabalhador Social no processo de mudança

Bibliografia Complementar:

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio da Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em <http://www.abepss.org.br/briefing/graduacao/politica_nacional_estagio.pdf>. Acesso em 30 de abril de 2013.

ASSIS, R. L. M.; ROSADO, I. V. M. **A unidade teoria-prática e o papel da supervisão de estágio nessa construção**. R. Katális., Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 203-211, jul./dez. 2012.

BRASIL. **Lei Nº 11.788**, De 25 de Setembro de 2008 - Dispõe sobre o estágio de estudantes. Disponível em <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=257787>>

BURIOLLA, Marta Alice Feiten. **Supervisão em serviço social**: o supervisor, sua relação e seus papéis. – 6. ed. – São Paulo : Cortez, 2011.

CFESS. **Nº 533**, de 29 de setembro de 2008 - Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social. Disponível em <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=257787>>

7º Semestre**Disciplina:** Direito e Legislação Social**Semestre:** 7º**C. horária:** 60h**Formação:** FTP

Ementa: Aspectos históricos e conceituais do Direito. A formação dos direitos fundamentais no contexto mundial e brasileiro. A organização jurídica brasileira e a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Legislação referente aos sujeitos de direitos e aos direitos sociais no cenário contemporâneo.

Bibliografia Básica:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.069/1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

BRASIL. **Lei nº 12.594/2012**. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

BRASIL. **Lei nº 13.146/2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Bibliografia Complementar:

ALVES, Leonice Aparecida de Fátima. **Direito e legislação social**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2008.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. São Paulo: cortez, 2007 (Biblioteca Básica do Serviço Social; v.3).

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Lei nº 8.662/1993**. Lei de Regulamentação da Profissão.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 14. edição. São Paulo: Atlas, 2003.

PEDROSA, Ronaldo Leite. **Direito em História**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2008

Disciplina: Questão Urbana e Rural

Semestre: 7º

C. horária: 45h

Formação: FPF

Ementa: O Estado e a organização do espaço no Brasil. Os processos de modernização da Nação brasileira, a construção sócio-histórica do Nordeste como região-problema e a identidade nordestina. O Estado na região anteriormente e após as Ligas Camponesas. Processos sociais no Nordeste na atualidade em face da mundialização do capital: o crescimento econômico, a refuncionalização da cidade e do campo, o agravamento da pobreza, as especificidades da questão social e o Estado na região.

Bibliografia Básica:

FERNANDES, Bernardo Mançano. [Coordenador] **Campesinato e agronegócio na América Latina**: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular: CLACSO, 2008.

ROMERO, Jose Luis. **América Latina, as cidades e as ideias**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

SANTOS, José Vicente T. dos (Org). **Revoluções Camponesas na América Latina**. São Paulo: Ícone Editora/Editora da UNICAMP, 1985.

Bibliografia Complementar:

AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço**. Martin Claret: São Paulo, 2007.

FERNANDES, Florestan – Anotações sobre o capitalismo agrário e a mudança social no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Ariosvaldo. **Vida rural e mudança social**. Cia. Ed. Nacional: São Paulo, 3ª ed., p. 105 a 120, 1979.

AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço**. Martin Claret: São Paulo, 2007.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**: decadência do patriarcado rural do Brasil e desenvolvimento urbano. José Olympio: Rio de Janeiro, 2. ed., 3 vol., cap. II, “o engenho e a praça; a casa e a rua”, p. 30 a 66, 1951.

HARVEY, David. **O direito à cidade**. New left Review. Traduzido para o português e disponível em: <http://www4.pucsp.br/neils/downloads/neils-revista-29-port/david-harvey.pdf>.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979

Disciplina: Serviço Social e Processo de Trabalho

Semestre: 7º

C. horária: 45h

Formação: FTP

Ementa: Processos de trabalho no modo de produção capitalista nos séculos 20 e 21. O binômio taylorista-fordista, a reestruturação produtiva, toyotismo e acumulação flexível. Neoliberalismo, precarização no mundo do trabalho e os desdobramentos sobre a classe trabalhadora. O Serviço Social no mundo do trabalho contemporâneo.

Bibliografia Básica:

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. 2ª edição. S. Paulo: Boitempo, 2000.

HARVEY, David. **A condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da Mudança cultural**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

Bibliografia Complementar:

BRAVERMAN, H. Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. 2. PINTO, G.A. A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e CFESS e ABEPSS. Serviço Social: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. MÉSZÁROS, István. Crise estrutural necessita de mudança estrutural. Conferência de abertura do II Encontro de São Lázaro. UFBA, Junho de 2011. Disponível em: <http://marialuizadiellooutrascompotas.blogspot.com.br/2011/09/crise-estrutural-necessita-demudanca.html>; acesso: 20/08/2013.

PANIAGO, Maria Cristina. A crise estrutural do capital, os trabalhadores e o Serviço Social. In: COSTA, Gilmaisa M (Org.). Crise contemporânea e Serviço Social. Maceió: EDUFAL, 2010.

SANTOS, Edlene P. Questão Social e Serviço Social: expressões do pauperismo em face dos limites absolutos do capital. In: COSTA, Gilmaisa Macedo (Org.). Crise contemporânea e Serviço Social. Maceió: EDUFAL, 2010.

SANTOS, E. P. & COSTA, G. M. da. Questão Social e desigualdade: novas formas, velhas raízes. In: Revista Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social, Ano 2, nº 4, julho de 2006 - ISSN - 1807 - 698X. Disponível em <http://www.assistentesocial.com.br>

Disciplina: Movimentos sociais: raça, classe e gênero

Semestre: 7º

C. horária: 45h

Formação: FPF

Ementa: As teorias sobre classes sociais e sujeitos coletivos. A estrutura de classes na sociedade brasileira, enfatizando as classes subalternas destacando a classe trabalhadora em suas condições de vida, trabalho, manifestações ideo-políticas e socioculturais. Movimentos sociais em suas relações de classe, gênero e étnico-raciais. Identidade e subjetividade na construção das lutas sociais.

Bibliografia Básica:

ANTUNES, Ricardo. **Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil:** na Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. São Paulo, Cortez, 1982.

FONTES, Virgínia. Capitalismo, imperialismo, movimentos sociais e lutas de classes. In: **Em Pauta:** Teoria Social e realidade contemporânea. N. 21, Rio de Janeiro, UERJ, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais:** A construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo, Edições Loyola, 1995.

_____. **Teorias dos Movimentos Sociais:** Paradigmas clássicos e contemporâneos, Edições Loyola, São Paulo, 1997. Iasi, M. L. Ensaio sobre consciência e emancipação. São Paulo: Expressão Popular, 2007. Reflexões sobre o processo de consciência. (p. 11 – 45).

LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe:** estudo sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003. MATTOS Marcelo B. Classes Sociais e Luta de Classes: a atualidade de um debate conceitual. Revista em Pauta, n. 20, Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

MESZÁROS, István. **O Século XXI.** Socialismo ou Barbárie? São Paulo, Boitempo, 2001.

Bibliografia Complementar:

BOGO, Ademar. Identidade e Luta de Classes. São Paulo. Expressão Popular, 2008.

BOITO, Armando Jr. Cena Política e Interesse de Classe na Sociedade Capitalista. In: Crítica Marxista, n. 15, 2002.

GOHN, Maria da Glória. As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006. Capítulos 4 e 5 (p. 219 – 354).

LESSA, Sérgio. Contra-Revolução, Trabalho e Classes Sociais. In: Temporalis, nº 4, 2001.

ADICHE, Chimamanda Ngozi Adiche. O perigo de uma história única. São Paulo: Companhia das letras. 2009, p. 9-33.

DAVIS, Angela. O legado da escravidão parâmetros para uma nova condição da mulher. In: **Mulheres, Classe e Raça**. São Paulo: Boitempo, 2017 [1981], pp. 15-41

Mbembe, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. **Temáticas**, nº 32. Rio de Janeiro, 2016, pp. 123-151. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>>.

Disciplina: Supervisão de Estágio em Serviço Social III

Semestre: 7º

C. horária: 150h

Formação: FTP

Ementa: Inserção e supervisão do discente no campo de estágio. Acompanhamento e avaliação da operacionalização do Plano de Estágio executado pelo aluno. Discussão sobre a instrumentalidade do trabalho profissional. Avaliação do processo de estágio na formação profissional.

Bibliografia Básica:

BRASIL. **LEI Nº 11.788**, de 25 DE SETEMBRO DE 2008. Dispõe sobre o estágio. COSTA, Joyce Vieira da; GUINDANI, Miriam Krenzinger. Didática e pedagogia do diário de campo

na formação do Assistente Social. Revista Emancipação, Ponta Grossa, Ed. UEPG, v. 12, n. 12, p. 265-278, 2012.

CFESS. Resolução Nº 533/2008 CFESS - Código de Ética Profissional do Assistente Social. CFESS. Parâmetros para atuação do Assistente Social na Assistência Social CFESS. Parâmetros para atuação do Assistente Social na saúde CEFESS. **Atuação de Assistentes Sociais no sociojurídico:** subsídios para reflexão. Brasília, 2014.

CEFESS. Lei de Regulamentação da Profissão do Assistente Social – **Lei Nº 8662** de 07 de junho de 1993.

SIMIONATO, Ivete. **Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social.**

Temporalis, Brasília: ABEPSS, n. 8, jul/dez.2004

Bibliografia Complementar:

ANDER-EGG, Ezequiel. **Dicionário de trabajo social:** Cadernos de trabajo social. 11. coedición. Buenos Aires: ECRO-ILPH, 1974.

BARROCO Maria Lúcia Silva. **Ética e serviço social:** fundamentos ontológicos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Pensar a supervisão de estágio em Serviço Social:** ser ou não ser, eis a questão! Porto Alegre: PUCRS, Tese (Doutorado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. (Coord.). **O serviço social e o popular:** resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. São Paulo: Cortez, 1995.

VIEIRA, Balbina Ottoni. **Supervisão em serviço social.** 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1979.

8º Semestre

Disciplina: Planejamento e Gestão de Políticas Públicas		
Semestre: 8º	C. horária: 60h	Formação: FTP
Ementa: O papel do planejamento no Serviço Social. Planejamento de políticas sociais e instrumentos de gestão nos diferentes espaços sócio-ocupacionais do assistente social. Instrumentos e técnicas para elaboração e execução de planos, programas, projetos e relatórios. Concepção e metodologia de planejamento estratégico e participativo. Assessoria e consultoria em Serviço Social.		
Bibliografia Básica:		

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social:** intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras, 2002.

COUTO, Berenice Rojas. Formulação de projetos de trabalho profissional. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. Formulação, administração e execução de políticas públicas. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS; 2009.

XAVIER, A. R.; MALUF, S. N.; CYSNE, M. R. F. P. **Gestão e Políticas Públicas:** estratégias, práticas e desafios (orgs). – Fortaleza: EdUECE, 2019.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **A experiência brasileira de planejamento:** uma síntese histórica. Disponível em: http://celsofurtado.phl-net.com.br/artigos_scf/Paulo_Roberto_Almeida.pdf.

BACELAR, Tânia. **As políticas Públicas no Brasil:** heranças, tendências e desafios. Rio de Janeiro. Editora Fase, 2003.

BIERRENBACH, M. I. S. **Política e planejamento social.** Brasil: 1956-1978. S. Paulo, Cortez, 1982.

BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro. **Assessoria, consultoria e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2010.

IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil.** 6.ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996.

Disciplina: Questão Social nos países lusófonos

Semestre: 8º

C. horária: 60h

Formação: FPF

Ementa: Definição e problematização da categoria questão social. Determinantes históricos, culturais, econômicos e políticos da questão social nos países lusófonos. O panorama Social dos países lusófonos.

Bibliografia Básica:

COOPER, Frederick; SCOTT, Rebecca J.; HOLT, Thomas C. **Além da escravidão:** investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RODNEY, Walter. **Como a Europa subdesenvolveu a África.** Oxford: Fahamu/Pambazuka, 2012.

IAMAMOTO, M. **O Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 7a. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PASTORINI, A. **A categoria 'questão social' em debate.** São Paulo: Cortez, 2011.

Bibliografia Complementar:

GOMES DOS ANJOS, José Carlos. **Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde. Lutas de definição da identidade nacional.** Porto Alegre: EdUFRGS, 2006.

HENRIQUES, Isabel Castro. **São Tomé e Príncipe. A invenção de uma sociedade,** Lisboa: Vega, 2000.

MENDY, Peter Michael Karibe. **Colonialismo português em África: a tradição de resistência na Guiné-Bissau (1879-1959).** Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1994.

PÉLISSIER, René; WHEELER, Douglas. **História de Angola.** Lisboa: Tinta-da-China, 2011.

ZAMPARONI, Valdemir. **De escravo a cozinheiro: colonialismo e racismo em Moçambique.** Salvador: Edufba, 2007.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social.** São Paulo: Vozes, 1998.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

DISCIPLINAS OPTATIVAS

Disciplina: Extensão Universitária

Semestre: optativa

C. horária: 90h

Formação: Extensão

Ementa: Compreender a função e responsabilidade social da Universidade Pública e particularmente da Extensão Universitária; Discutir o significado da Extensão Universitária em uma perspectiva articuladora com o Ensino e a Pesquisa, assim como suas implicações no processo de formação acadêmico-profissional e de transformação social; Elaborar e desenvolver atividades e projetos de Extensão Universitária numa abordagem multi e

interdisciplinar; Divulgar o conhecimento científico produzido às comunidades acadêmicas e grupos sociais.

Bibliografia Básica:

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Ilhéus; Editus, 2001. 65p. (Coleção Extensão Universitária; v. 1).

_____. **Sistema de Dados e Informações**. Rio de Janeiro: NAPE, UERJ, 2001.84P. (Coleção Extensão Universitária; v. 1).

MEC. **Extensão e Flexibilização Curricular**. Porto Alegre: Porto Alegre; UFRGS; Brasília; MEC/SESu, 2006. (Coleção Extensão Universitária; v.4).

Bibliografia Complementar:

FREIRE, P. Extensão ou comunicação? 7. ed. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1983. 93p. 9.

GAZZOLA, A.L.A., ALMEIDA, S.G. (Org.), **Universidade; Cooperação Internacional e diversidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

KUHN, T.S. **A estrutura das revoluções científicas**. 6. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

MELO NETO, José Francisco de. **Extensão Universitária: bases ontológicas**. Disponível em: http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/producao_academica/artigos/pa_a_ext_ont.pdf.

SERRANO, Rossana Maria Souto Maior. **Conceitos de Extensão Universitária: um diálogo com Paulo Freire**. Disponível em: http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_de_extensao_universitaria.pdf

Disciplina: Indicadores Sociais

Semestre: optativa

C. horária: 45h

Formação:

Ementa:A disciplina discutirá o significado e uso de indicadores sociais, apresentará fontes de dados disponíveis para a quantificação de conceitos sociais, elucidará a elaboração de indicadores sociais em diferentes áreas temáticas, assim como esclarecerá limites na utilização destes indicadores na avaliação das condições de vida da população. Os significados e usos específicos dos indicadores sociais serão apresentados de acordo com as áreas temáticas que eles se referem, tais como indicadores demográficos, de saúde, de educação, de mercado de trabalho, de renda, de pobreza, de habitação, de infra-estrutura

urbana, de criminalidade, de meio ambiente, de desenvolvimento humano, além de indicadores subjetivos de qualidade de vida e de opinião pública. Serão apresentadas ainda as fontes de dados que podem ser utilizadas na elaboração de indicadores sociais, a partir de dados elaborados por instituições públicas brasileiras e dos países parceiros da Unilab que podem ser explorados para analisar a realidade social, assim como para auxiliar na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas sociais

Bibliografia Básica:

JANNUZZI, Paulo de Martino. 2001. **Indicadores Sociais no Brasil**: conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas: Editora Alínea.

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares, JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores sintéticos no processo de formulação e avaliação de políticas públicas: limites e legitimidades. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14. **Estudos Populacionais**. Caxambu, MG: ABEP. Disponível: http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_296.pdf.

CARLEY, Michael. **Indicadores sociais**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

Bibliografia Complementar:

Juliana de Lucena Ruas Riani (org.). 2004. Introdução à demografia da educação. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP. (Disponível em agosto de 2008: Disponível em:

http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno_id=417&nivel=1)

ROCHA, Sonia, ELLWANGER, Ria. 1993. Linhas de pobreza: alternativas metodológicas a partir de estruturas de consumo observadas. *Planejamento e Políticas Públicas*, 9: 227–244.

ROCHA, Sonia. 1998. Renda e pobreza: medidas per capita versus adulto-equivalente. Texto para discussão, 609. Rio de Janeiro: IPEA. (Disponível em agosto de 2008: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0609.pdf>)

_____. 2000. Opções metodológicas para a estimação de linhas de indigência e pobreza no Brasil. Texto para discussão, 720. Rio de Janeiro: IPEA. (Disponível em agosto de 2008: http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2000/td0720.pdf) Rocha, Sonia. 2006. *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* 3. ed. Rio de Janeiro: FGV.

PEDROSA, Maria Inês, GONÇALVES, Éber, SOUZA, Renata Guimarães Vieira de e VIEIRA, Carine Martins. 2006. *Sistemas de Indicadores Municipais no Brasil: experiências e metodologias*. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu, MG: ABEP. Disponível em agosto de 2008:

http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_529.pdf)

Disciplina: Marketing Social		
Semestre: OPTATIVA	C. horária: 45h	
<p>Ementa: Responsabilidade social. Marketing social e de causas. Responsabilidade social corporativa; modelos de empresas socialmente responsáveis; marketing de causas versus marketing social.</p>		
<p>Bibliografia Básica: FONTES, M. Marketing social. Rio de Janeiro: Campus, 2008.</p> <p>ROMERO, L. A. P. Marketing social: teoría y práctica. São Paulo: Pearson – Prentice Hall, 2004.</p> <p>ZENONE, L.C. Marketing Social. São Paulo: Thomson Pioneira, 2006.</p>		
<p>Bibliografia Complementar: AMARAL, M. V. B. Evidências de responsabilidade social no discurso do pacto global. In: XII CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. Rio de Janeiro: CFESS, 2007.</p> <p>ARAÚJO, Edgilson Tavares de. MARKETING SOCIAL APLICADO A CAUSAS PÚBLICAS: CUIDADOS E DESAFIOS METODOLÓGICOS NO PLANEJAMENTO DAS MUDANÇAS DE COMPORTAMENTOS, ATITUDES E PRÁTICAS SOCIAIS. Revista Pensamento e realidade. Ano XIV – v. 26 n° 3/2011</p> <p>_____. Estão “assassinando” o marketing social? Reflexões sobre a aplicabilidade deste conceito no Brasil. Revista Eletrônica de Administração. Ed. 23, n.5, v.7 Porto Alegre: UFRGS. dez. 2001.</p> <p>FONTES, Miguel B. Marketing Social Revisitado. Novos paradigmas do mercado social. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.</p> <p>GROPPO, L. A. Responsabilidade social e a mercantilização da solidariedade. <i>Serviço Social & Sociedade</i>, São Paulo, n. 91, p.143-62, set. 2007.</p>		

Disciplina: Família e intervenção socioeducativa		
Semestre: OPTATIVA	C. horária: 45h	
Ementa: As famílias na contemporaneidade. As Famílias e as Políticas Sociais. O Trabalho Social com Famílias. O exercício profissional junto às Famílias.		
Bibliografia Básica:		
<p>COSTA, Ana. P. M; GOLDANI, Julia. M. A influência do Contexto Familiar nas decisões Judiciais a Respeito de Atos Infracionais de Adolescentes: o intervencionismo familiar ainda se faz presente? Textos Contextos (Porto Alegre), v.14, n.1, p. 87-103, jan/jun, 2015.</p> <p>GUEIROS, Dalva. Azevedo. Família e trabalho social: intervenções no âmbito do Serviço Social. Rev. Katál. Florianópolis. V. 13, n 1, p. 126-132, jan/jun. 2010.</p> <p>MIOTO, Regina C. T.; CAMPOS, Marta S.; CARLOTO, Cássia M. (orgs.). Familismo, Direitos e Cidadania: contradições da política social. São Paulo: Cortez, 2015.</p>		
Bibliografia Complementar:		
<p>ANDRADE, Fabrício. F. Desfamiliarização das Políticas Sociais na América Latina: uma breve análise dos sistemas de proteção social na região. Rev. Barbarói. Santa Cruz do Sul, n. 31, ago/dez. 2009.</p> <p>BRAMBILLA, B. B. (2012). Percepção de Suporte Familiar de Adolescentes em Conflito com a Lei. Dissertação de mestrado, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP, Brasil.</p> <p>DIAS, A. C. G.; ARPINI, D. M.; SIMON, B. R. (2011). Um olhar sobre a família de jovens que cumprem medidas socioeducativas. Psicologia & Sociedade, 23(3), 526-535.</p> <p>FALLER, Maria A.; ACOSTA, Ana R. (orgs). Família: redes, laços e políticas públicas. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2015.</p> <p>ROSA, Lúcia. C. dos S. As condições da Família Brasileira de Baixa Renda no provimento de Cuidados com o Portador de Transtorno Mental. In: Saúde Mental e serviço social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade. Rosa, L. C. dos S; Pereira, I. C. G; Bisneto, J. A; Vasconcelos, E. M. (org.). 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 263-288</p>		

Disciplina: Saúde e Bem-estar do Idoso		
Semestre: OPTATIVA	C. horária: 45h	
<p>Ementa: Discutir o envelhecimento, a longevidade e a qualidade da vida; fornecer informações sobre o histórico e desenvolvimento da geriatria e gerontologia no Brasil e no mundo; discutir a qualidade de vida em instituições asilares, hospitais, residências e centros dia.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>PAPALEO NETTO, M. Tratado de Gerontologia. São Paulo: Atheneu, 2007.</p> <p>GODINHO, Robson Renault. Proteção Processual dos Direitos dos Idosos. Lumen Júris editora, 2007.</p> <p>FRANCO, Paulo Alves. Estatuto do Idoso Anotado. São Paulo: Editora Servanda, 2007.</p> <p>ALBUQUERQUE, Sandra Márcia Ribeiro Lins de. Qualidade de Vida do Idoso: A assistência domiciliar faz a diferença? Casa do Psicólogo: Cedecis, 2003.</p>		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>BÄCKSTRÖM, B. Envelhecimento ativo e saúde num estudo de caso com idosos imigrantes. Revista Migrações - Número Temático Imigração e Envelhecimento Ativo, Abril 2012, no.10, Lisboa: ACIDI, pp. 103-126.</p> <p>Bitencourt GF, Silva AJS, Souza BL, Ferraz ES, Bruno RX. Violência e abuso contra idosos: uma visão interdisciplinar. Revista Científica da FAMINAS - jan.-abr. 2007 [Consultado em Janeiro de 2011]. 3 (1): 229, Disponível em: http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/_artigos/2.pdf.</p> <p>DACA, Timóteo; PRISTA, António; TCHONGA, Francisco; FARRINATTI, Paulo; TANI, Go. Actividade física de mulheres idosas da zona urbana em Moçambique. Revista Moçambicana de Ciências de Saúde, vol.3, n.1, 2016 ISSN 2311-3308</p> <p>PY, L.; FREITAS, E. V.; GORZONI, M. L. Tratado de Geriatria e Gerontologia. 2a ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.</p> <p>XAVIER, Maria Ravelli Cordeiro; TAVARES, Carlos Mendes, FELIPE, Gilvan Ferreira , ROBERTO XAVIER, Antônio Roberto et al., 2019. “Level of knowledge of elderly people about drug prescription: study in a basic health unit of a municipality in the State of Ceará, Brazil”, International Journal of Development Research, 09, (12), 32296-32301. Disponível em: <http://www.journalijdr.com/sites/default/files/issue-pdf/17656.pdf>.</p>		

Disciplina: Tecnologias sociais		
Semestre: OPTATIVA	C. horária: 45h	
Tecnologia e Sociedade. Tecnologia Social e seus pressupostos. Tecnologia Social na lusofonia. Investimento em Tecnologia Social. Serviço social e tecnologia social. Tecnologia Social e políticas sociais. Diversidade social, ambiental, cultural e Tecnologia Social limites, entraves e avanços.		
Bibliografia Básica:		
CARRION, Rosinha Machado; HELLWING, Beatriz Centenaro; VALENTIM, Igor Vinicius Lima. Residência Solidária – Vivência de Universitários com o Desenvolvimento de uma Tecnologia Social. UFGRS: 2010.		
DAGNINO, Renato. A tecnologia social e seus desafios. In: DAGNINO, Renato (Org.). Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade. Campinas, 2010, p. 53-70.		
MACIEL, Ana Lúcia Suárez; FERNANDES, Rosa Maria Castilhos. Tecnologias Sociais: interface com as políticas públicas e o Serviço Social. Serv. Soc. Soc. [online]. 2011, n.105, p. 146-165.		
Bibliografia Complementar:		
BONILHA, Maíra C.; SACHUK, Maria I. Identidade e tecnologia social: um estudo junto às artesãs da Vila Rural Esperança. Cad. EBAPE.BR [online]. 2011, vol.9, n.2, p. 412-437.		
BORTOLI, Mari Aparecida. Tecnologias e sociabilidades: processos de organização de catadores de materiais recicláveis. Porto Alegre, 2012.		
CASTELLS, Manuel. CARDOSO, Gustavo. A sociedade em rede do conhecimento a acção política. Lisboa, 2006.		
VARANDA, Ana Paula; BOCAYUVA, Pedro Cláudio. Tecnologia Social, Autogestão e Economia Solidária. Rio de Janeiro: FASE. UFRJ, 2009.		
WARSCHAUER, MARK. Tecnologia e inclusão social: a exclusão social em debate. São Paulo: Editora SENAC, 2006.		

Disciplina: Inovação e Empreendedorismo Social		
Semestre: OPTATIVA	C. horária: 45h	
Estudo do processo social empreendedor. Inovação social no serviço social. Propostas para a solução e mitigação de problemas sociais contemporâneos.		
Bibliografia Básica:		
BARON, Robert A. SHANE, Scott A. Empreendedorismo: uma visão do processo. São Paulo: Cengage Learning, 2007.		
CORAL, Eliza. Gestão integrada da inovação: estratégia, organização e desenvolvimento de produtos. São Paulo: Atlas, 2011.		
MATTOS, João Roberto Loureiro de. Gestão da tecnologia e inovação: uma abordagem prática. São Paulo, SP: Saraiva, 2005.		
Bibliografia Complementar:		
DOLABELA, F. Empreendedorismo, uma forma de ser: saiba o que são empreendedores individuais e empreendedores coletivos. Brasília: Aed, 2003.		
FILION, Louis J. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. Revista de Administração. V. 34, N. 2, p. 05-28, 1999.		
HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P. Empreendedorismo. 5 ed. Porto Alegre: Bookman 2004.		
JESUS, Marcos J. F.; MACHADO, Hilka V. A importância das redes sociais ou networks para o empreendedorismo. Revista Eletrônica de Administração ? FACEF. V. 13 , N. 14 , p. 1 -11, 2009.		
LÉVESQUE, Benoit. Empreendedor coletivo e economia social: outra forma de empreender. Revista Virtual de Gestão de Iniciativas Sociais, V. 1, p. 44-64, 2004		

Disciplina: Políticas Públicas e Desenvolvimento Humano		
Semestre: OPTATIVA	C. horária: 45h	
Políticas públicas para o desenvolvimento humano. Questões básicas do desenvolvimento humano. Teorias do desenvolvimento humano e sua articulação com processos sociais. Desenvolvimento humano, saúde e contextos sociais.		
Bibliografia Básica:		

DESSEN, M. A.; COSTA-JÚNIOR, A. L. **Ciência do desenvolvimento humano**. Artmed, 2007.

KOLLER, S. (Org.) **Ecologia do desenvolvimento humano. Pesquisas e intervenção no Brasil**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Bibliografia Complementar:

BRUGUÉ, Quim e GOMÁ, Richard. **Gobiernos locales y políticas públicas: bienestar social, promoción económica y territorio**. Barcelona, Ariel, 1998. Primeira parte. Capítulos 1 e 2 .

CLEMENTINO, Maria do Livramento M; ANDRADE, Ilza Araújo de. (Org.). **As Metrópoles e a Questão Social Brasileira**. 1 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007, v. 1, p.239-258.

CAMPOS, H. R.; Francischini, R. (2003). Trabalho infantil produtivo e desenvolvimento humano. **Psicologia em Estudo**, 8(11), 119-129.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. **A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano**. Paidéia (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto , v. 17, n. 36, p. 21-32, Apr. 2007.

ROGOFF, B. **Natureza cultural do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: ARTMED, 2005.

Disciplina: Gestão Socioambiental

Semestre: OPTATIVA

C. Horária: 45h

A evolução da gestão ambiental; as políticas de comando e controle; conceitos e propostas para um desenvolvimento sustentável; a evolução da legislação ambiental; o novo papel dos Municípios, dos Estados e da União na gestão ambiental pública; o setor público como cliente e seu poder de compra; a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P); O meio ambiente como campo de conflitos sociais e econômicos na defesa dos interesses difusos; o desenvolvimento regional sustentável; as políticas do governo brasileiro frente aos acordos internacionais de proteção ambiental; a gestão socioambiental nos países lusófonos.

Bibliografia Básica:

BIDERMAN, Rachel et al. **Guia de compras públicas sustentáveis: uso do poder de compra do governo para a promoção do desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: FGV, 2006. Disponível em:

http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/arquivos/guia_compras_sustentaveis.pdf.

CAMARGO, A. L. Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios. Campinas: Papirus, 2003. NASCIMENTO, Luís Felipe; LEMOS, Ângela Denise Cunha; MELLO, Maria Celina Abreu. **Gestão Socioambiental Estratégica.** Porto Alegre: Bookman, 2008.

XAVIER, A. R.; PINHEIRO, M. S.; PEREIRA, L. F. **Sociobiodiversidade, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade: experiências, limites e possibilidades.** Fortaleza: Imprece, 2020.

Bibliografia Complementar:

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade.** São Paulo: Atlas, 2011.

FIKSEL, J. et al.. Measuring progress towards sustainability principles, process, and best practices. In: **GREENING OF INDUSTRY NETWORK CONFERENCE BEST PRACTICE PROCEEDINGS.** 36 pp.
http://www.inknowvate.com/inknowvate/Fiksel_McDaneil_Mendenhall.pdf

FURTADO, J. S. 2003. **Gestão com responsabilidade socioambiental: desenvolvimento sustentável e comunidade.** 2003. p.1-46. Disponível em:
<http://www.gerenciamento.ufba.br/Downloads/Desenvolvimento%20sustent%C3%A1vel%20e%20comunidade.pdf>

PÁDUA, J. A. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista.** Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

TRINDADE, J. D; ROSSI-ALVA, J. C. **Gestão socioambiental nas empresas privadas.** Disponível em: http://www.moraisdecastro.com.br/upload/Artigo_Cientifico.pdf

Disciplina: Libras

Semestre: OPTATIVA

C. Horária: 60h

Disciplina: LIBRAS – Linguagem Brasileira de Sinais (h/a) Semestre: Optativa C. horária: 60h Formação: CFG Ementa: Conceituação e caracterização da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, fonte de comunicação e expressão do surdo. Estudos dos pressupostos teórico-históricos, filosóficos, sociológicos, pedagógicos e técnicos da Língua Brasileira dos Sinais,

instrumentos para a prática docente. Utilização de LIBRAS na comunicação entre o professor e o aluno surdo, contribuindo para o reconhecimento dos direitos e competências como sujeito e cidadão. Favorecer a socialização e inserção do aluno no ambiente escolar, bem como sua permanência nas instituições de ensino.

Bibliografia Básica:

QUADROS, RM. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Brasília: MEC, 2004.

ALMEIDA, EC. **Atividades ilustradas em sinais de LIBRAS**. São Paulo: Revinter, 2004.

BARBOZA, H. H. e MELLO, A.C.P. T. **O surdo, este desconhecido**. Rio de Janeiro, Folha Carioca, 1997.

Bibliografia Complementar:

CAPOVILLA, F.C., RAPHAEL, W. D. Sinais da LIBRAS e o universo da educação. In: **ENCICLOPÉDIA da Língua de Sinais Brasileira: o mundo do surdo em LIBRAS**. São Paulo, SP:Edusp, Vitae, Brasil Telecom, Feneis. v. 1, 340 p.).

DIDEROT, D. **Carta sobre os surdos-mudos para uso dos que ouvem e falam**. São Paulo, Editora Nova Alexandria, 1993.

DIDEROT, D. Programa Surdez: educação, saúde e trabalho. In: **MOSTRA DE EXTENSÃO, 5.**, 2001, Rio de Janeiro. CD-Room da 5ª Mostra de Extensão da UERJ. Rio de Janeiro: DINFO - Departamento de Informática da UERJ, 2001.

LEITE, T. de A.; MCCLEARY, L. E. Aprendizagem da língua de sinais brasileira como segunda língua: estudo em diário. In: **SEMINÁRIO DO GEL, XLIX**, 2001, Marília, SP. Programação e Resumos. Assis, SP: Diretoria do GEL (1999-2001), 2001.

QUADROS, R. M. **de ciclo de palestras sobre a gramática da Língua de Sinais Brasileira**. Campinas-SP: IEL/UNICAMP, 03 a 05 de julho de 2002.

Disciplina: Serviço Social e relações de Gênero e étnico-raciais

Semestre: OPTATIVA

C. Horária: 45h

Refletir sobre as relações de gênero, étnico-raciais e outras relações de poder no Serviço Social que ainda se mostram desiguais. Também serão abordadas questões como o racismo

institucional, participação feminina, principalmente mulheres negras, mulheres nas ciências, disparidade salarial e masculinidades. Temas como divisão sexual do trabalho, racismo, sexismo, homofobia, transfobia e lesbofobia também serão abordados.

Bibliografia básica:

CISNE, M. **Serviço Social: uma profissão de mulheres para mulheres?** Uma análise crítica da categoria gênero na histórica “feminização” da profissão. Recife: UFPE, 2004.(Dissertação de mestrado).

ECCEL, C. ALCADIPANI, A. (Re)Descobrimo as masculinidades. In.: FREITAS, M. DANTAS, M. (Org.). **Diversidade sexual e trabalho**. São Paulo:Cengage Learning, 2012. p.51-78.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. Tempo Social: **Revista de Sociologia da USP**, v. 26, n. 1.

TORRES, Iraildes C. **As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e poder**. São Paulo: Cortez, 2002.

Bibliografia Complementar:

FERREIRA, Camila Manduca. **O negro na gênese do Serviço Social** (Brasil, 1936- 1947). 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social/UFRJ, Rio de Janeiro.

ALMEIDA, Magali, S. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física. In: CRESS. Conselho Regional de Serviço Social (Org.). **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do código de ética articulados á atuação crítica de assistentes sociais**. Rio de Janeiro: CRESS, 2013.

ALMEIDA, Sheila Dias. **SERVIÇO SOCIAL E RELAÇÕES RACIAIS: caminhos para uma sociedade sem classes**. Brasília: Temporalis, ano 15, n. 29, jan./jun. 2015.

AZEVEDO, Célia Maria M. **Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites do século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BADARÓ, Marcelo M. **Recuando no tempo e avançando na análise: novas questões para os estudos sobre a formação da classe trabalhadora no Brasil**. In: 14 6º e 7º períodos para o curso diurno, e 7º e 8º períodos para o curso noturno. Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as – ABPN Consócio Nacional de Núcleos de Estudos Afro-brasileiros – CONEABs Universidade Federal de Uberlândia – (UFU).

3 RECURSOS

3.1 Corpo Docente

De acordo com a Lei de criação da Unilab, com a finalidade de cumprir sua missão institucional específica de formar cidadãos aptos a contribuir para a integração dos países membros da CPLP, especialmente os países africanos, para o desenvolvimento regional e para o intercâmbio cultural, científico e educacional com os países envolvidos, a Unilab observa os seguintes pontos:

- a) O quadro de professores da Unilab deverá ser formado mediante seleção aberta aos diversos países envolvidos, e o processo seletivo versa sobre temas e abordagens que garantam concorrência em igualdade de condições entre todos os candidatos de forma a estimular a diversidade do corpo docente;
- b) A Unilab poderá contratar professores visitantes com reconhecida produção acadêmica afeta à temática da integração com os países membros da CPLP, especialmente os países africanos, observadas as disposições da Lei no 8.745, de 9 de dezembro de 1993 e da Lei nº 12.772 de 2012;
- c) Os processos de seleção de docentes serão conduzidos por banca com composição, respeitando as resoluções que normatizam a temática, como se segue: Resolução 05 de 22 de março de 2013; Resolução 06 de 08 de abril de 2013; Resolução 008, de 20 de abril de 2013 e a Resolução 012 de 23 de julho de 2013.

Os docentes da Unilab estão submetidos às seguintes leis: 7.596, de 10 de abril de 1987, 11.784, de 22 de setembro de 2008, bem como o Regime Jurídico instituído pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Além disso, aplicam-se aos cargos efetivos de professor da Carreira de Magistério Superior as disposições da Lei no 11.344, de 8 de setembro de 2006.

O docente da Unilab deve:

- a) conhecer o projeto da Unilab e por ele sentir-se co-responsável;
- b) reconhecer o papel integrador e particular da Unilab, sua missão e objetivos institucionais;
- c) interagir com a comunidade interna e externa com respeito, ética e efetividade, promovendo a cidadania, justiça e inclusão social;
- d) ter pleno domínio do conhecimento, mantendo-se atualizado sobre os avanços nas áreas do saber nas quais atua;
- e) comprometer-se permanentemente com a produção de novos conhecimentos;
- f) disseminar o conhecimento por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão;
- g) estimular a criação cultural, o desenvolvimento do espírito científico e crítico, e do pensamento reflexivo nos alunos;
- h) buscar atender as necessidades dos diversos setores da sociedade e estabelecer, com essa, uma relação de reciprocidade;
- i) discutir com os alunos os problemas contemporâneos, em particular, os nacionais e regionais;
- j) contribuir para a gestão da Universidade;
- k) contribuir para o desenvolvimento humano sustentável; e,
- l) investir permanentemente na sua formação didático-pedagógica.

3.1.1 Atuação do Núcleo Docente Estruturante (NDE)

Instituído pela Portaria do Ministério da Educação, nº 147/2007, e está regulamentado na Unilab pela Resolução do Conselho Universitário nº 15/2011. Conforme o previsto na Resolução nº 15/2011 – Consup/Unilab, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) possui atribuições acadêmicas de acompanhamento do curso, com atuação no “processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso”. (Art. 2º). É uma Instância autônoma, colegiada e interdisciplinar, tem suas atribuições definidas pela referida resolução e vincula-se à Coordenação do Curso. O NDE é constituído por um mínimo de cinco

professores doutores com Dedicção Exclusiva, todos membros do Corpo Docente do Curso, sob a presidência nata do Coordenador do Curso e tem as seguintes atribuições:

- a) contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- b) zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- c) indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- d) zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso;
- e) coordenar as atividades de avaliação e reformulação do projeto pedagógico do curso.

A presidência do NDE é do(a) Coordenador(a) de Curso.

3.1.2 Funcionamento do colegiado do Curso de Serviço Social

O Colegiado do Curso de Serviço Social é o órgão com função normativa, deliberativa e consultiva do planejamento acadêmico concernente às atividades de pesquisa, ensino e extensão. Sua composição e funcionamento são definidos pelo Regimento Geral da Unilab.

O colegiado é composto pelo coordenador do curso, por um representante docente de cada um dos seus setores de estudo.

São atribuições do colegiado do Curso de Serviço Social:

- a) cumprir e fazer cumprir as normas da graduação em sua totalidade;
- b) elaborar o seu regimento interno;
- c) discutir e deliberar sobre as questões relativas à análise do Projeto Pedagógico do Curso e sobre as alterações necessárias encaminhadas pelo Núcleo Docente Estruturante;
- d) julgar as solicitações de afastamento de docentes do Curso, nos casos de participação em eventos científicos e atividades acadêmicas;
- e) analisar e aprovar os planos de ensino das obrigatórias e optativas do Curso, propondo alterações quando necessárias;

- f) emitir parecer sobre processos de transferência interna e externa de alunos a serem admitidos ou desligados do Curso;

3.1.2.1 Atuação do/a coordenador/a

O/a coordenador/a de curso de Serviço Social tem como responsabilidade coordenar todas as ações de competência do colegiado do curso previstas nos Artigos 55 e 58 do Estatuto da Unilab.

O/a Coordenador/a do Curso de Graduação em Serviço Social desenvolve ações promotoras e incentivadoras do desenvolvimento da qualidade do ensino-aprendizagem para as disciplinas obrigatórias, optativas e atividades complementares. Seu principal objetivo de ação é com a formação de profissionais altamente qualificados e comprometidos com as questões da sociedade e, assim, preparados para responder às demandas sociais e de mercado de trabalho na área de Serviço Social. Desse modo, é o responsável direto pela implementação, acompanhamento e avaliação do Projeto Pedagógico do Curso.

O/A coordenador/a do curso é membro do Conselho da Unidade Acadêmica, conforme estatuto da universidade.

3.1.2.2 Regime de Trabalho do/a Coordenador/a do curso

O/a Coordenador/a interina/o do curso de Serviço Social é servidor/a federal lotado/a no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Unilab em regime de 40 horas e dedicação exclusiva.

3.1.2.3 Carga horária do/a Coordenador/a do Curso

A carga horária da coordenador/a interina/o do Curso é de 20 horas semanais, reservadas para o planejamento das ações demandadas pelas disciplinas deste PPC, relativas às questões didático, pedagógicas e metodológicas, reservando uma parte das horas para o atendimento aos docentes e discentes.

3.2 Corpo Discente

O curso de Serviço Social da Unilab, *campi* do Ceará contará com entradas semestrais para discentes do Brasil e dos países parceiros, conforme as diretrizes da Unilab e sua lei de criação.

3.3 Infraestrutura

O Curso de Serviço Social dispõe de uma sala para coordenação que é composta pelo colegiado do curso, seu/sua coordenador/a, a representação estudantil. Os *Campi* do Ceará, onde funcionam o referido curso (Palmares e Auroras), contam com blocos didáticos, com salas de aula equipadas de data-show e quadros brancos. As aulas do curso de Serviço Social, funcionam nesses blocos didáticos, que possuem estrutura de anfiteatro, cantinas, áreas de lazer e banheiros.

Esta estrutura é complementada com a disponibilidade de espaço de estudo e de materiais de pesquisa, acervo bibliográfico da biblioteca da universidade, com acervo de livros previsto para atender adequadamente a todas as demandas da bibliografia básica e da bibliografia complementar do curso. Além disso, a biblioteca da Unilab conta com a assinatura de periódicos Capes, uma base de dados com amplo acervo eletrônico que contempla diversas áreas do conhecimento e proporciona ao discente e ao docente uma rica fonte de pesquisa acadêmica.

A Unilab dispõe também de infraestrutura geral para atendimento pleno do aluno, tais como: banheiros, espaços de convivência, refeitório, anfiteatro, auditório etc. Todos os espaços contemplam requisitos condizentes com as atividades desenvolvidas em várias dimensões, tais como: limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade proposta. O curso também conta com a unidade de transporte para realização de atividades didáticas em outros locais que não sejam a universidade.

É garantido aos portadores de necessidades especiais um amplo acesso a todas as dependências, aos equipamentos e a áreas de atividades de ensino, pesquisa e extensão da Unilab. São exemplos desta condição: rampas de acesso, espaços reservados, capacidade de acesso às dependências acadêmicas e administrativas etc. As ações para a garantia de acesso e serviços agregados serão pautadas no Decreto N° 5.296 de dezembro de 2004 ou em outra legislação que vier em sua substituição ou complemento.

4 AVALIAÇÃO

4.1 Avaliação Institucional

O curso de Serviço Social da Unilab é avaliado na primeira instância pelos três componentes principais do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES): 1) a avaliação das instituições, 2) dos cursos e 3) do desempenho dos alunos.

O roteiro proposto pelo INEP/MEC para a avaliação das condições do ensino integra procedimentos de avaliação e supervisão a serem implementados pela Unilab em atendimento ao artigo 9º, inciso IX, da Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - e às determinações legais e regimentais do Ministério da Educação, especialmente ao disposto na Lei nº 10.861/2004. As especificações de cada atividade do SINAES nortearão a execução das atividades do curso, com a finalidade de alcançar o reconhecimento institucional definido, além de buscar a excelência no atendimento aos critérios definidos.

Temos na Unilab a Comissão Própria de Avaliação (CPA) que foi instaurada por meio das Portarias GR nº 446 de 05 de novembro de 2012 e nº 91, de 11 de março de 2013. Ela é composta por uma equipe com representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica, responsável por implementar os processos de autoavaliação na instituição. No âmbito da Educação Superior, a CPA foi instituída pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que estabelece os mecanismos de avaliação das Instituições de Ensino Superior.

Essa comissão realiza a autoavaliação que é um processo cíclico de diagnóstico acerca do desempenho da Instituição. Visa ao reconhecimento e identificação de suas fragilidades e potencialidades e busca analisar os serviços prestados aos seus diversos públicos, visando a uma melhoria contínua da Instituição.

Também temos na Universidade o setor de acessibilidade que visa a garantir o acesso e inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas, comunicacionais, atitudinais e informacionais, além de promover o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade. Esse setor é responsável por elaborar, executar e gerenciar ações e pesquisas realizadas na área de acessibilidade desta Universidade.

Ainda temos o **Intérprete de Libras** que tem como atribuições traduzir e interpretar artigos, livros, textos diversos de um idioma para o outro, bem como traduzir e interpretar palavras, conversações, narrativas, palestras, atividades didático-pedagógicas em outro idioma,

reproduzindo o pensamento e intenção do emissor em libras ou na modalidade oral da Língua Portuguesa. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Esses intérpretes realizam atividades de atendimento aos Institutos, Discentes e Docentes desta Universidade no que concerne à avaliação, acompanhamento e assessoria de pessoas com deficiência e/ou eventos da Universidade para cumprimento de acesso e inclusão de pessoas com deficiência na vida acadêmica

4.2 Avaliação Docente

O sistema de avaliação, discutido e aprovado no colegiado do curso, abrange a avaliação do desempenho do corpo docente do curso, realizada através de questionário respondido pelo discente, nas disciplinas ministradas por cada docente. Entende-se que o processo de melhoria contínua do curso passa obrigatoriamente pela avaliação que os discentes farão relativas às disciplinas cursadas e pela análise que os respectivos docentes realizarão com base nos resultados da avaliação. O processo de avaliação docente deve ser institucionalizado e padronizado, de forma que as informações possam servir de base e comparação às decisões estratégicas do curso.

4.3 Avaliação Discente

A avaliação discente se dará de acordo com a Resolução CONSUNI nº27 de 11 de novembro de 2014 que dispõe sobre normas gerais para regulamentar a avaliação de aprendizagem nos cursos de graduação presencial da Unilab.

Assim sendo, a avaliação de aprendizagem dos discentes contemplará a avaliação diagnóstica, formativa e somativa, conforme o Art.2º da Resolução supracitada.

I - A função diagnóstica possibilitará a identificação do perfil e das competências iniciais da turma e dos discentes na sua individualidade referente a cada componente curricular, possibilitando assim identificar a compreensão dos conhecimentos prévios e necessários a novas aprendizagens.

II - A função formativa possibilita aprender a inter-relação entre os objetivos, competências e habilidades enunciados no plano de ensino e aprendizagem, possibilitando assim conhecer o aproveitamento dos discentes no decorrer da formação, suas principais fragilidades e potencialidades, indicando possíveis soluções para a superação de dificuldades.

III - A função somativa consiste no registro do aproveitamento do discente ao final de um determinado período de aprendizagem de acordo com o nível de domínio dos conteúdos formativos, aferindo resultados.

4.4 Apoio ao Discente

Por sua vez, há três instrumentos criados e administrados pela Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis (Propae), que estão disponíveis para os estudantes da Unilab, que possuam perfil para acessá-lo. São eles:

a) Programa de Assistência Estudantil (PAES), que disponibiliza, por meio de recursos do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), auxílios pecuniários para que estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica custeiam despesas com alimentação, moradia e transporte.

b) Núcleo Interdisciplinar de Atenção às Subjetividades (NIAS), que disponibiliza para todos os estudantes da Unilab apoio psicossocial.

c) Programa de Acolhimento e Integração de Estudantes Estrangeiros (PAIE) que é destinado a auxiliar estudantes estrangeiros ingressantes na Unilab e tem como objetivo acompanhar e orientar esses estudantes na sua chegada à universidade. Desta forma, auxilia-os no processo de inserção e regularização na vida acadêmica, contribuindo para a integração com os outros estudantes e o contexto universitário.

No tocante aos programas da Prograd, dispomos de ações que contribuem para a permanência qualificada dos discentes e com a formação de jovens professores/as críticos, criativos, numa perspectiva afro centrada e interdisciplinar. São eles:

a) Programa Pulsar objetiva contribuir para o acompanhamento e orientação acadêmica dos estudantes dos cursos de graduação, na forma de ações de tutoria, ao promover a adaptação do estudante, contribuir para permanência qualificada do mesmo e orientá-lo. O acompanhamento/avaliação do desenvolvimento das atividades realizadas pelos Tutores Juniores será feito pelos Tutores Seniores por meio de encontros organizados a critério destes.

b) Seminário de Ambientação Acadêmica (Samba) evento que objetivo de dar boas-vindas aos/as estudantes e cuidar para que se sintam acolhidos, bem como apresentar a universidade e seus setores aos/as mesmos/as.

c) Política Nacional de Formação de Professores (PIBID) é uma ação do Ministério da Educação (MEC) que visa proporcionar aos discentes na primeira metade do curso de licenciatura uma aproximação prática com o cotidiano das escolas públicas de educação básica e com o contexto em que elas estão inseridas. O mesmo concede bolsas aos/as alunos/as.

d) Programa Residência Pedagógica - ação do Ministério da Educação (MEC) que integra a Política Nacional de Formação de Professores. Que tem por objetivo contribuir para o aperfeiçoamento da formação prática nos cursos de licenciatura dos/a estudantes que estão cursando mais da metade do currículo. O mesmo concede bolsas aos/as alunos/as. Por sua vez, existe de forma autônoma o Centro Acadêmico Protagonista da Liberdade – entidade representativa estudantil que permite aos/as mesmas refletirem e decidirem coletivas acerca de temas de interesse discente.

4.5 Corpo Docente

O Curso precisará de dezoito docentes para a sua concretização, considerando a duração de quatro anos e a entrada de 80 discentes anualmente. Para o início do mesmo contaremos com professores da própria instituição, pois temos disciplinas do tronco comum que são ministradas pelos professores de outros Institutos, a saber Instituto de Humanidades e Instituto de Linguagens e Literaturas. Também algumas disciplinas poderão ser ministradas por docentes do Curso de Administração Pública e de outros Cursos da Instituição. E teremos concurso para docentes, inclusive da área de Serviço Social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS) **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1996.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social: Resolução nº 15, DE 13 DE MARÇO DE 2002. [Brasília, 2002].

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social aprovadas pela 8 de novembro de 1996**. [Brasília, 1996].

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). **Política nacional de estágio**. Brasília, 2009.

BRASIL. Conselho Federal de Ensino de Serviço Social (CFESS). **Resolução nº 533/2008**: dispõe sobre a Supervisão Direta de Estágio em Serviço Social. Brasília, 2008.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). **Resolução CFESS nº 273/93**: código de ética profissional do assistente social. Brasília, 1993.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE/CES). **Parecer nº 08/2007**: dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Brasília, 2007.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE/CES). **Resolução nº 02/2007**: dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Brasília, 2007.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE/CES). **Resolução nº 03/2007**. dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula e dá outras providências. Brasília 2007.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE/CES): **Resolução nº 15/2002** : estabelece as diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social. Brasília, 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE/CES). **Resolução nº 15/2002**: diretrizes gerais para o curso de Serviço Social.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE/CES). **Parecer nº 492/2001**: diretrizes curriculares nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social,

Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Brasília, 2001.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE/CES). **Parecer nº 1.363/2001**: retificação do parecer 492/2001. Brasília, 2001.

BRASIL, Leis, Decretos etc. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**: dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e nº 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001 e dá outras providências. Brasília, 2008.

BRASIL Leis, decretos etc. **Lei Nº 12.289, de 20 de julho de 2010**. Brasília, DOU 2010.

BRASIL, Leis, decretos etc. **Lei Federal nº 9394/96**: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL, Leis, decretos etc. Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993: dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília, 1993.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTO. Secretaria de Educação Superior. Coordenação das Comissões de Especialistas de Ensino Superior Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social. Brasília.

INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRÁFICO E ESTATÍSTICO (IBGE). **Cidades** <https://cidades.ibge.gov.br>.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. (IPECE). **No Perfil Regional**: Maciço de Baturité Resolução CNE/CES 2/2007. <https://www.ipece.ce.gov.br/perfil-regional/>.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Instituto de Ciências Sociais. Departamento de Serviço Social. **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social: bacharelado**. Belo Horizonte, 2012.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB). Consepe. **Resolução Ad Referendum CONSEPE nº 42, de 22 de novembro de 2019**: estabelece a regulamentação para a seleção de estudantes estrangeiros para os cursos de graduação, na modalidade presencial. Redenção, 2019.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB). Consepe. **Resolução nº 7 MEC/CNE/CES de Dezembro de 2018 e a Resolução nº 8/2019**. Redenção, 2019.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB). Consuni. **Resolução nº 14/2016/CONSUNI**: estabelece as normas gerais para a elaboração dos Trabalhos de Conclusão de Curso para graduação. Redenção, 2019.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB). Consuni. **Resolução nº 20/2015**: altera parcialmente nº24/2011 de 11 de novembro de 2011 que dispõe sobre as normas gerais de atividades complementares dos Cursos de Graduação da Unilab. Redenção, 2015.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB). Consuni. **Resolução nº27 de 11 de novembro de 2014**: dispõe sobre normas gerais para regulamentar a avaliação de aprendizagem nos cursos de graduação presencial. Redenção, 2014.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB). Consupe. **Lei de diretrizes**. Redenção, 2010.

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE. Faculdade de Letras e Ciências Sociais. **Projeto pedagógico do curso de graduação em Serviço Social**. Disponível em: [Licenciatura em Serviço Social \(uem.mz\)](#) Acesso em: 4 ago. 2020

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ (UECE). **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social**. 2020. Disponível em: uece.br/servicosocial/index.php/projetopedagogicodocurso. Acesso em: 4 ago. 2020

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO. Faculdade de Serviço Social. Curso de Serviço Social. **Versão 4 habilitação**.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA. Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política. **Projeto pedagógico do curso de Serviço Social, grau bacharelado**: Resolução COSUEN nº 05, de 23 de Julho de 2018. Foz do Iguaçu, Julho, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ESPÍRITO SANTO. Centro Socioeconômico. Departamento de Serviço Social. **Projeto pedagógico do curso de graduação em Serviço Social**. Florianópolis, 2013. Disponível em [GRADE curricular 2002 UFES.pdf](#). Acesso em: 4 ago. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro Socioeconômico. Departamento de Serviço Social. **Projeto pedagógico do curso de graduação em Serviço Social**. Florianópolis, 2013.

UNIVERSIDADE JEAN PIAGET DE CABO VERDE. **Projeto pedagógico do curso de graduação em Serviço Social**. Disponível em Jean Piaget serviço social em Cabo verde.pdf. Acesso em: 4 ago. 2020.

AGRADECIMENTO

Registramos nossos agradecimentos às colegas docentes da Universidade Estadual do Ceará, professoras Erlenias Sobral, Elivania da Silva Moraes, Ruth Bittencourt, Leila Maria Passos de Souza e Zelma Madeira e à professora colega da Unioeste, Esther Luíza de Souza Lemos, que ajudaram a comissão responsável pela construção do Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Unilab com a leitura e valiosas contribuições.